



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FRANCISCA MARIA RODRIGUES PEREIRA

**ENTRE RIOS E LAGOS: A PESCA DO LANÇO E SUAS TERRITORIALIDADES-
MANACAPURU/AM**

MANAUS

2021

FRANCISCA MARIA RODRIGUES PEREIRA

**ENTRE RIOS E LAGOS: A PESCA DO LANÇO E SUAS TERRITORIALIDADES-
MANACAPURU/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, nível de Mestrado, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Amazônia: Território e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

MANAUS

2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P436e Pereira, Francisca Maria Rodrigues
Entre rios e lagos : a pesca do lanço e suas territorialidades,
Manacapuru - AM / Francisca Maria Rodrigues Pereira . 2021
93 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Pesca. 2. Camponês. 3. Territorialidade. 4. Rio. 5. Lago. I.
Cruz, Manuel de Jesus Masulo da. II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

Dedico este trabalho aos camponeses/ribeirinhos/pescadores dos rios e lagos de terra firme da comunidade do Rosarinho. Sujeitos constituídos pela historicidade da agricultura, do extrativismo e, principalmente, da pesca, e que, incansavelmente, através da labuta do dia a dia, contribuem para que o peixe seja um dos principais alimentos da mesa dos amazonenses, construindo suas histórias de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que verdadeiramente me deu forças e sabedoria para enfrentar os desafios que cruzaram essa árdua trajetória de busca pelo conhecimento;

Ao professor Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, que, com o seu caráter de sábio, com toda a paciência, aceitou a proposta da pesquisa; pelos ensinamentos éticos, pela confiança e tolerância nos momentos mais difíceis, em meio a essa pandemia, me conduziu apontando o caminho rumo ao norte do conhecimento. Gratidão;

À Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas – SEDUC – que propôs 24 meses de licença para o estudo do Mestrado, na pessoa da professora Regina Marieta. Obrigada;

À Universidade Federal do Amazonas e ao Programa de pós-Graduação em Geografia, aos servidores desta instituição.

Aos professores do mestrado, pela socialização do conhecimento, em especial à professora Adorea Rabello de Albuquerque, que muito me incentivou para que esse momento acontecesse;

A Maria das Graças Loureiro, secretária do curso de Mestrado, pelo apoio e informações das horas mais precisas;

Aos meus familiares (que amo muito): meu esposo, pelas inúmeras viagens, idas de Manacapuru para a UFAM; minhas filhas e meu filho pela compreensão da ausência na família. Meu sobrinho Matheus Bertulino e meu irmão Fabiano Mota, pela companhia de ambos nas viagens aos trabalhos de campo;

A Fernando Monteiro (meu sobrinho de coração), pela grande ajuda no empréstimo de livros dentre outras informações;

A Camila de Oliveira Louzada pela grande ajuda nas configurações com as normas da ABNT na versão final da dissertação;

A Arenilton Serrão que contribuiu muito para que esta pesquisa acontecesse;

Aos amigos geógrafos e companheiros de caminhada, das turmas 13 e 14, sujeitos que contribuíram, ao longo dos 24 meses, com troca de ideias, incentivos e companheirismo;

Aos pescadores Mario Jorge Alves, Edson, Carlos, Dico, Mará, Neguinho, em especial a Gleiciane Pinheiro Gruber, que contribuíram com as informações precisas para a pesquisa de campo. Gratidão!

Aos amigos colaboradores desta pesquisa, em especial aos comunitários da comunidade do Rosarinho, na pessoa do Sr. Almeida, pelo valioso diálogo que foi o foco desta pesquisa;

Ao meu amigo Nilton Munhoz (em memória), pelos debates nas nossas reuniões de estágio para a construção de conhecimento;

Ao estimado amigo Glauber Costa Fernandes meu respeito e carinho pela contribuição na parte ortográfica deste trabalho.

E a todos os camponeses/ribeirinhos/pescadores desconhecidos que de alguma forma, direta ou indiretamente, ajudaram e contribuíram para que essa pesquisa se realizasse. Muito obrigada!

RESUMO

A pesca, sendo uma atividade comum no interior do Amazonas, é de extrema importância na vida do camponês ribeirinho. Para uns, tornou-se uma atividade importante, para outros, é um meio que dá suporte no sustento da família, uma vez que o peixe é o alimento mais comum na mesa do camponês pescador ribeirinho. O propósito da pesquisa é compreender a formação e a organização da territorialidade da pesca do lanço nos rios e lagos de terra firme na comunidade do Rosarinho - Lago do São Lourenço/município de Manacapuru/AM. Para tanto, é necessário entender o contexto histórico de formação do campesinato no referido município, assim como compreender a formação/instalação do lanço e a rede de comercialização do pescado na comunidade do Rosarinho - Manacapuru (AM). O método de abordagem da pesquisa é o histórico-dialético, “centrado na relação dinâmica sujeito-objeto”. Na pesquisa de campo realizada nos meses de junho e julho/2019, verificou-se que existem vários tipos de lanços, que são instalados em conformidade com a oscilação do nível do rio; são os chamados lanços de ponta. Essa técnica de captura é uma das principais fontes de renda para os camponeses ribeirinhos.

Palavras-chave: Pesca; Camponês; Territorialidade; Rio; Lago.

ABSTRACT

Fishing being a common activity in the Amazon's countryside, it is extremely important in the life of the riverside peasant. For some people, has become an important activity, for others it is a means of supporting the family because fish is the most common food on the table of the riverside fisherman. The purpose of the research is to understand the formation and organization of the territoriality of the fishing of the stretch in the rivers and lakes of mainland in the community of Rosarinho - Lago do São Lourenço / municipality of Manacapuru / AM. Therefore, it is necessary to understand the historical context of the formation of the peasantry in that municipality, as well as to understand the formation / installation of the haul and the fish marketing network in the community of Rosarinho - Manacapuru (AM). The research approach method is the dialectical history "centered on the dynamic subject-object relationship". In the field-research carried out in the months of June and July / 2019, it was found that there are several types of stretch, which are installed in accordance with the fluctuation of the river level, they are called peak stretches. This capture technique is one of the main sources of income for riverside peasants.

Keywords: Fishing; Territory; Territoriality; River; Lake.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANACAPURU - AM	13
FIGURA 2 - FIGURA 02 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	14
FIGURA 03 - MANEJO DA REDE DE PESCA PELOS CAMPONESES/RIBEIRINHOS/PESCADORES	41
FIGURA 4 - FLUXO DA PESCA DO LANÇO	42
FIGURA 05 - LOCALIZAÇÃO DO LANÇO DE PONTA	47
FIGURA 06 - LANÇO EM PREPARAÇÃO	48
FIGURA 07 - LANÇO PREPARADO	49
FIGURA 08 - LIMPEZA DA ÁREA PARA O LANÇO	49
FIGURA 09 - ARMANDO A REDE PARA EFETUAR O LANÇO	50
FIGURA 10 - INICIANDO O LANÇO PARA O CERCO DO PEIXE	51
FIGURA 11 - COMBOIADOR CERCANDO O PEIXE NA REDE PARA O ATO DA CAPTURA.....	52
FIGURA 12 - O CULTIVO DO AÇAÍ EM SÍTIOS NA COMUNIDADE DO ROSARINHO	55
FIGURA 13 - ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR FRANCISCO MAIA.....	59
FIGURA 14 - ESCOLA ESTADUAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – COMUNIDADE DO ROSARINHO	60
FIGURA 15 - PESCADORES NO LAGO DE SÃO LOURENÇO ORGANIZANDO A REDE DE PESCA	65
FIGURA 16 - PESCADORES NA “TOCAIA” AGUARDANDO O CARDUME DE PEIXES	66
FIGURA 17 - RIBEIRINHO/PESCADOR PRATICANDO ATIVIDADE DA PESCA DO LANÇO.....	69
FIGURA 18 - O CAMPONÊS NA PRODUÇÃO DE FARINHA.....	70
FIGURA 19 - PLANTAÇÃO DE MANDIOCA PARA A PRODUÇÃO DA FARINHA	71
FIGURA 20 - CASA DE FARINHA CONSTRUÍDA PELOS CAMPONESES/RIBEIRINHOS.....	72
FIGURA 21 - PRENSA ESSENCIAL NA PRODUÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA	74
FIGURA 22 - FORMA COMO É COLHIDO O AÇAÍ DA MATA	75
FIGURA 23 - PONTOS DOS PRINCIPAIS REGIMES DE RIOS E LAGOS	76

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÕES DA PESCA AO LONGO DOS SÉCULOS, SEGUNDO DIEGUES.....	27
QUADRO 2 - PERÍODOS DA HISTÓRIA DA PESCA, SEGUNDO DIEGUES.....	31
QUADRO 03 - TIPOS DE PESCA NA AMAZÔNIA	38
QUADRO 04 - CLASSIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS PESCADORES, SEGUNDO AUTORES DESCRITOS NO QUADRO ABAIXO	40
QUADRO 05 - MODELO DE PESCA DO LANÇO	45
QUADRO 06 - TAMANHOS MÍNIMOS PERMITIDOS PARA CAPTURA DE PEIXES NA COMUNIDADE DO ROSARINHO	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - A HISTÓRIA DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA E NO MUNICÍPIO DE MANACAPURU-AM.....	18
1.1 FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA	18
1.2 A TRAJETÓRIA DA PESCA NO PASSADO E NO PRESENTE: O AVANÇO TECNOLÓGICO ...	25
1.3 BREVE RETROSPECTIVA DA PESCA NA AMAZÔNIA E NO AMAZONAS.	31
CAPÍTULO 2 - UMA NOVA FORMA DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE LAGOS E RIOS DE TERRA FIRME	35
2.1 A PESCA DO LANÇO NO RIO MANACAPURU: LAGO GRANDE E SÃO LOURENÇO E SUA TERRITORIALIDADE CAMPONESA.	35
2.2 A FORMAÇÃO/INSTALAÇÃO DO LANÇO NA COMUNIDADE DO ROSARINHO/MUNICÍPIO DE MANACAPURU-AM.	44
2.3 A NOVA FORMA DE APROPRIAÇÃO DO LUGAR NA LUTA PELO PROCESSO DE TERRITORIALIDADE ENTRE LAGOS E RIOS DE TERRA FIRME.	53
CAPÍTULO 3 - A REDE DE COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO: CAMPONESES, PESCADORES COMERCIAIS E PESCADORES ARTESANAIS.....	62
3.1 A REDE DE COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO E OS AGENTES SOCIAIS ENVOLVIDOS	62
3.2 O CAMPONÊS/RIBEIRINHO/PESCADOR E A NATUREZA.	75
3.3 A COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO, O DEFESO E O MONOPÓLIO DE INTEGRAÇÃO NO DIA A DIA DO CAMPONÊS.	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS.....	87

INTRODUÇÃO

Os rios e os lagos são essenciais à vida dos (as) pescadores (as), sobretudo para os brasileiros/amazonenses, que sobrevivem nas margens dos rios e lagos, como o caso dos camponeses/ribeirinhos/pescadores. Segundo Cruz (2005 p. 1)¹ “os camponeses-ribeirinhos na Amazônia, além de utilizarem a terra e a floresta, fazem uso da água, portanto, não será preocupação outros usos que os camponeses-ribeirinhos fazem desse importante recurso natural: água para banho, para preparar sua alimentação, para lavar louças, dentre outros”. Assim, essa atividade é comum no Amazonas, especificamente nos rios e lagos de terra firme, a exemplo da comunidade do Rosarinho, localizada no município de Manacapuru/AM, a qual tem essa atividade econômica como necessária à vida do camponês ribeirinho. Para uns, tornou-se uma profissão, para outros, é um meio que dá suporte ao sustento da família, visto que o peixe consiste no alimento mais comum na mesa do camponês pescador ribeirinho da Amazônia.

Entende-se que esse camponês não desenvolve apenas atividades de pesca no lanço, também desenvolve atividades no setor extrativista e agrícola, como o cultivo de hortaliças (culturas de ciclo curto), feijão, milho, melancia, pimentão, tomate, pepino, maxixe, feijão de corda, dentre outros. Desenvolve também culturas de ciclo médio: mandioca para a produção da farinha e goma, banana, maracujá e mamão, além de outros, bem como culturas de ciclo longo, denominadas de permanentes, como: cana-de-açúcar, abacate, limão, manga, pupunha, cupuaçu, laranja, cacau, ingá, jambo, açai, dentre outras.

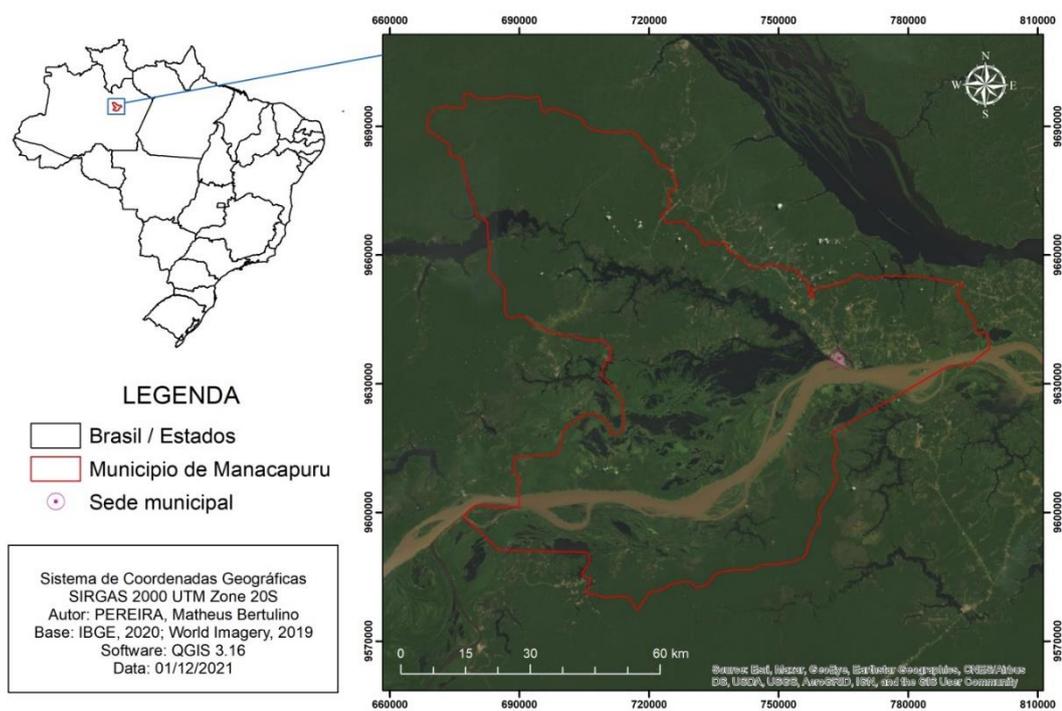
No setor do artesanato da comunidade, confecciona-se paneiros, chapéus da palha do tucumã, até sua própria canoa. O camponês é capaz de construir os utensílios de pesca como: arpão, a malhadeira, a tarrafa, arrastão, espinhel, arco e flecha, dentre outros. Essas atividades são mais comuns no período de entressafra da pesca do lanço.

¹ CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Rios e Lagos: a apropriação das águas pelos camponeses ribeirinhos na Amazônia. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

Levando em consideração esse cenário, este trabalho trata de um estudo do camponês, camponês/ribeirinho/pescador de terra firme e tem como título: Entre rios e lagos: a pesca do lanço e suas territorialidades-Manacapuru/AM. Dessa forma, a presente pesquisa intentou compreender a formação e a organização da territorialidade da pesca do lanço nos rios e lagos de terra firme na comunidade do Rosarinho/rio Manacapuru.

Para dar suporte à pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1) Analisar o contexto histórico de formação do campesinato no município de Manacapuru/AM; 2) Compreender a formação/instalação do lanço na comunidade do Rosarinho; 3) Entender a rede de comercialização do pescado na comunidade do Rosarinho Manacapuru (AM).

FIGURA 1 - Localização do município de Manacapuru - AM

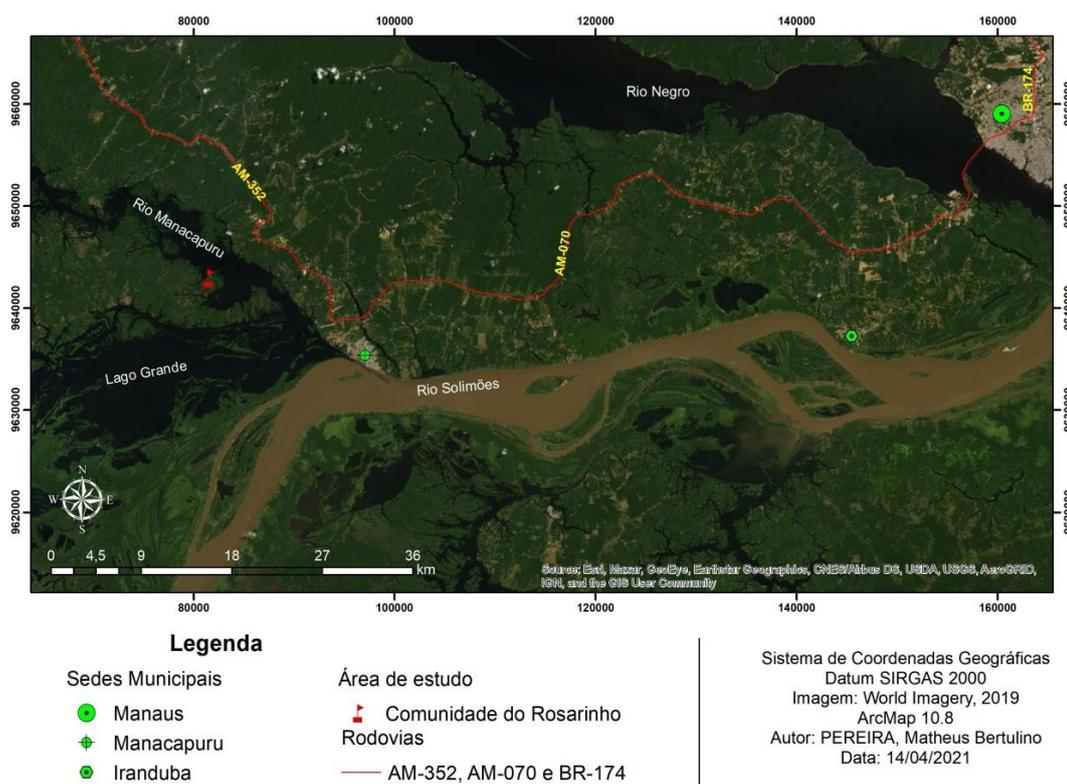


O município de Manacapuru, localizado no Estado do Amazonas, pertence à 7ª Sub-Região e está situado na região dos rios Negro/Solimões, fazendo parte da região metropolitana de Manaus. Distante a 84 km em linha reta da capital do Estado e 102 km por via fluvial, está localizado nas coordenadas 3° 18' 33" de Latitude Sul e 60° 33' 2" de Longitude Oeste. Situa-se ao sul da capital amazonense e limita-se com os municípios de Manaquiri, Iranduba, Beruri, Anamã, Novo Airão e Caapiranga (Fig. 1). A cidade de Manacapuru, fundada em 15/02/1786, originou-se de uma aldeia de índios muras, cuja pacificação teria ocorrido em 1785. Nessa

época, existia, à margem do rio Solimões, a montante da Foz do rio Manacapuru, uma feitoria de pesca denominada Caldeirão. Em 1894, pela Lei Estadual n.º 83, Manacapuru foi elevada à categoria de Vila, quando foi criado o município, desmembrado de Manaus, assim realizando sua instalação no dia 16 de junho de 1895.

É nessa região do município de Manacapuru que está localizada a comunidade Nossa Senhora do Rosário - conhecida como Rosarinho - situada no Lago de São Lourenço. Esse lago é cobijado pelos pescadores por estar cercado pelas Bacias: Lago Grande ou Cabaleana; Lago do Rio Manacapuru e com acesso a Bacia do Solimões (Fig. 02).

FIGURA 2 – Localização da área de estudo



A escolha do objeto de estudo se deu por ser uma área de grande preferência dos pescadores. O local é formado por uma teia de ambientes aquáticos, que estão interligados, conforme o período sazonal (enchente/cheia/vazante/seca), por lagos e rios, compondo assim o habitat das mais variadas espécies de peixes de água doce, sendo assim o interesse crescente para a pesca comercial local e pesca de subsistência.

Historicamente, a base de sustentação socioeconômica do município de Manacapuru, em especial a comunidade do Rosarinho, no lago de São Lourenço, foco de nossa pesquisa, esteve ligada às atividades camponesas e suas relações com a terra e, principalmente, com os rios e lagos de terra firme, na prática das atividades da pesca, agricultura e extrativismo. A atividade pesqueira na região Amazônica faz parte do cotidiano dos camponeses/ribeirinhos/pescadores e isso é importante para a sobrevivência desses camponeses. Por outro lado, os estudos sobre essa atividade direcionam para a novos desafios na captura do pescado.

Neste sentido, para entendermos as relações socioeconômicas no contexto da Geografia, foram definidos os seguintes questionamentos: Como se formou e se organizou a territorialidade da pesca do lanço de apropriação do uso camponês nos rios e lagos de terra firme, na comunidade do Rosarinho no rio Manacapuru? Quais os contextos social, político e econômico que levaram à instalação da pesca do lanço na comunidade do Rosarinho? Como a pesca do lanço se constituiu como atividade principal nas famílias camponesas a partir da comunidade?

Os procedimentos metodológicos deste trabalho foram desenvolvidos através de processos realizados em uma abordagem teórico-empírica, baseada no método dialético em que se compreendeu a formação e a organização da territorialidade da pesca do lanço e do espaço de apropriação do uso camponês nos rios e lagos de terra firme na comunidade do Rosarinho no rio Manacapuru.

A pesquisa foi organizada em três etapas: a primeira foi o levantamento de dados teóricos que deram subsídios para a realização da pesquisa, mediante a bibliografia de autores e obras da ciência geográfica, que tratam das teorias e conceitos apropriados ao objeto de investigação. E terá como principais conceitos: Camponês, território, territorialidade e monopolização do território pelo capital.

Na segunda etapa da pesquisa, foram realizadas visitas ao campo, na observação acerca da temática e delimitou-se o recorte espacial geográfico do estudo, que foi realizado na comunidade do Rosarinho no baixo rio Manacapuru/AM.

A terceira etapa consistiu na sistematização dos dados, com análise e seleção das informações coletadas, e elaboração de textos específicos sobre o tema: **Entre rios e lagos: a pesca do lanço e suas territorialidades-Manacapuru/AM.**

Este estudo foi realizado através das características do cotidiano do camponês ribeirinho, baseando-se no “fluxo e fixo”, a partir da existência espacial e temporal dos praticantes da pesca do lanço no baixo rio Manacapuru, na comunidade do Rosarinho.

Quanto aos instrumentos técnicos utilizados na pesquisa, consistiram em: gravador de voz, câmera fotográfica do celular, computador, caderneta para anotações, GPS, imagens de satélites, entre outros. Após a realização dos trabalhos de campo, foi feita a organização e análise dos dados de acordo com os objetivos propostos da pesquisa, que foram representados em: quadros, mapas, entrevistas transcritas etc., pelos quais chegamos ao resultado da dissertação estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo, trabalhou-se a contextualização da formação do campesinato no médio rio Amazonas e as transformações socioespaciais, pelas quais passaram os camponeses/ribeirinhos/pescadores, focando no processo de formação e transformação do camponês, buscando enfatizar o surgimento dos primeiros lanços na comunidade do Rosarinho.

No segundo capítulo: “Uma nova forma de apropriação do espaço entre lagos e rios de terra firme”, buscou-se contextualizar a nova forma de apropriação do espaço entre lagos e rios, com foco no contexto histórico da formação/instalação do lanço no município de Manacapuru-AM, na luta e resistência pelo processo de territorialização nos lagos e rios de terra firme.

O terceiro capítulo trata da comercialização do pescado: camponeses e pescadores comerciais. Nesse capítulo, foi abordada a rotina de comercialização, o destino do pescado, o monopólio de integração dos camponeses e as formas de envolvimento no dia a dia do camponês/ribeirinho/pescador e o pescador comercial, dentre outros envolvidos na cadeia produtiva.

Dessa forma, para aprimorar o entendimento e a “compreensão da formação e a organização da territorialidade da pesca do lanço e do espaço de apropriação do uso camponês nos rios e lagos de terra firme na comunidade do Rosarinho no baixo rio Manacapuru” foram discutidos os conceitos de *camponês*, *território*, *territorialidade* e *monopolização do território pelo capital*.

Buscou-se a compreensão sobre os modelos de como os camponeses ribeirinhos moradores de terra firme apoderam-se definitivamente dos lagos e dos rios, buscando meios para controlar o território da pesca, o manejo da atividade agrícola e extrativista, o planejamento da reprodução social da vida camponesa ribeirinha. Além dessas abordagens, o camponês se adequa aos ciclos da natureza, de forma a adaptar as transformações do tempo natural, fazendo da natureza o seu próprio calendário de atividades, no contexto de suas práticas de pesca, práticas agrícolas e extrativistas.

CAPÍTULO 1 - A HISTÓRIA DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA E NO MUNICÍPIO DE MANACAPURU-AM

Neste capítulo, trabalhou-se a contextualização da formação do campesinato no médio rio Amazonas e as transformações sócio-espaciais pelas quais passaram os camponeses/ribeirinhos/pescadores, focando no processo de formação e transformação do camponês e buscando enfatizar o surgimento dos primeiros camponeses na região Amazônica.

1.1 Formação do campesinato na Amazônia

A origem do homem na Amazônia (atual camponês/ribeirinho) foi cercada de muitas fantasias e teorias imaginosas. Tal qual a tentativa de explicar a presença humana no Novo Mundo, as marcas deixadas pelos homens na Amazônia suscitaram inúmeras hipóteses. A teoria aceita é que o homem chegou ao Novo Mundo através da Ásia. Pode-se aceitar a hipótese de que, há 24 mil anos, grupos nômades atravessaram o estreito de Bering, ocupando e colonizando as Américas (SOUZA, 2019)².

Tocantins (1988) afirma que as entradas amazônicas possuem narrações tão extraordinárias quanto a das amazonas, um misto de fantasias do índio e do branco. Os mitos juntam-se ao das amazonas como expressão social do deslocamento de povos civilizados para regiões desconhecidas, onde as mais complexas causas psicológicas, em razão do meio e em função do próprio ato da descoberta, excitam a espiritualidade do conquistador, em moldes do fantasioso e do romântico³.

Loureiro (2009, p.30) cita que “é preciso, também, examinar o cenário em que essa história de perdas e danos da Amazônia se desenvolveu. O cenário encontra-se envolvido por uma espessa camada de mito e lendas”⁴. Essas lendas estão arraigadas na convivência, no ritmo, na trajetória e na religiosidade dos ribeirinhos camponeses. Dessa maneira:

² SOUZA, M. História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. 1ed. Rio de Janeiro RJ: Record, 2019.

³ TOCANTINS, Leandro. O rio que comanda a vida: uma interpretação da Amazônia. 8 ed. Rio de Janeiro RJ: Record, 1988.

⁴ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século XXI – novas formas de desenvolvimento. 1 ed: São Paulo SP, Editora Empório do livro, 2009.p. 30

A Amazônia brasileira, ao lado da Grécia antiga, é uma das regiões do mundo mais povoadas de mitos. O fundo das águas encontra-se habitado pelos encantados; nas águas de seus rios andam botos que seduzem e engravidam mulheres; cobras que se transformam em navios iluminados. Caminham pelas matas numerosos personagens míticos. E, além dos mitos ribeirinhos em geral, há uma infinidade de mitos de origem indígena ou cabocla, relativos à criação do mundo e a seres da natureza. Como os gregos que produziam mitos e conviviam com seres mitológicos no seu cotidiano mágico, também os índios, os caboclos e os negros de quilombos ou migrantes, vivem na Amazônia com seus seres e mitos em meio à mata e às águas (ibidem, p. 30)⁵.

É em meio a essas “matas e águas”, como cita Loureiro, que se construiu uma trajetória de sofrimento e humilhação ao longo dos anos, que por sua vez resultou no “camponês/ribeirinho”, como caracterizou Cruz⁶.

A formação do camponês no Brasil, em especial do “camponês/ribeirinho” da Amazônia, está imbricada ao império colonial, que, durante a primeira metade do século XVIII, sofreu ameaças e perdas consideráveis. Essa constituição camponesa na Amazônia teve início a partir de diferentes períodos de ocupação da região.

Queiroz (1973) ressalta que economicamente procura-se definir o camponês como aquele que visa plantar para consumir, não excluindo a possibilidade de vender o excedente e, sociologicamente, como uma camada subordinada (política, econômica e social) de uma sociedade global. Para a autora, o camponês, de modo geral, é aquele que necessariamente usufrui a terra, podendo ser um proprietário, posseiro, parceiro ou arrendatário, exercendo domínio sobre a produção e empregando primordialmente a força de trabalho familiar e o trabalho assalariado quando necessário.

Esses camponeses, ao se constituírem uma contradição do capital, reproduzem seu modo de vida como uma forma de resistência e de permanência no campo. Cruz (2007, p.12/13) faz um comentário acerca da origem e formação do campesinato na Amazônia:

⁵ Ibidem, p. 30

⁶ CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Territorialização camponesa na várzea da Amazônia. 274 p. (Tese de doutorado. Doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 2007.

Os camponeses-ribeirinhos estão estabelecidos há muito tempo na várzea Amazônica, sendo sua origem e formação o resultado de um prolongado processo de intercâmbio cultural, iniciado no século XVII, com a ocupação luso-espanhola, que ocasionou alterações no modo de vida das inúmeras sociedades indígenas que habitavam a região. Esse processo de trocas culturais entre os europeus e os índios das águas foi intensificado no século XVIII durante o período pombalino (1750-1777), no qual um conjunto de medidas com o objetivo de atender os objetivos mercantilistas foi implantado na região. Essas medidas tiveram papel decisivo, pois modificaram definitivamente as características indígenas na Amazônia, passando, a partir de então, a se constituir cada vez mais, como Amazônia colonial sob o domínio português⁷.

Assim como mostra Cruz acerca da ocupação do ribeirão na várzea, da mesma forma também ocorreu com os camponeses de terra firme. Na Amazônia, problemas de fronteiras com os domínios americanos da França e da Espanha e, por vezes, com a Holanda pela disputa por território. Com a descoberta do rio Amazonas, a Amazônia e suas supostas riquezas naturais passaram a ser alvo de disputa entre esses países, além de outros. A luta pela posse da Amazônia foi intensa e com o derramamento de muito sangue. Os conflitos agravaram-se uma vez que tais países tinham o intuito de obter controle da região.

Para os portugueses, a posse da Amazônia significava segurança econômica na região que pertencia a Espanha, justamente pela descoberta de supostas riquezas, revelando-se o mérito do conhecimento tradicional na descoberta das riquezas da Amazônia. Essa riqueza abrange os âmbitos da economia, da cultura e da ecologia. A tese fundamental é de que os “povos tradicionais” – índios, seringueiros, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, caboclos/ribeirinhos (sociologicamente, camponeses amazônicos) etc. contribuíram para a constituição da população amazônica (WITKOSKI, 2007)⁸.

A região Amazônica, uma das últimas regiões a ser integrada, por ser uma densa floresta de difícil acesso, tem um significado histórico especial de identidade; “ter uma história significa existir. Assim, na Amazônia, a história foi fruto de um

⁷ CRUZ., Manuel de Jesus Masulo da.2017. Op cit. p. 12/13

⁸ HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. P. 81-108. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. Orgs. Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

impacto colonial, a história do povo amazônico foi sendo construída até se tornar uma real expressão de identidade” (SOUZA, 2019 p. 25)⁹:

A formação dos assentamentos dos povos na Amazônia, especificamente das comunidades camponesas, traz uma relação com vários períodos históricos de “ocupação” (despovoamento, aculturação, etc.) da região, quase sempre impregnados por diversos interesses econômicos nacionais ou internacionais. Desde o período colonial, notadamente a partir do século XVII, quando esta porção do Ocidente passou a ser objeto de interesse de comerciantes espanhóis, ingleses, holandeses e mais fortemente dos portugueses, tem-se uma série de medidas com vistas ao atendimento das exigências do mercado internacional, criado pelas chamadas “drogas do sertão”. É nesse contexto que surgem as principais características dos camponeses que vivem às margens dos rios, os camponeses-ribeirinhos.

Durante o período de ocupação mais recente da região, empreendido, a partir do século XIX, para a exploração econômica da borracha, também houve diversas modificações socioespaciais nos locais que se mantiveram sob influência desta atividade econômica na região, quando a grande massa de retirantes nordestinos (cerca de 500.000 refugiados das secas ou atraídos pela riqueza da borracha) entrou em contato com os já estabelecidos camponeses-ribeirinhos (CRUZ, 2007).

Segundo Harris (2006), a *flexibilidade* e a *resiliência* (capacidade de adaptação ambiental e acomodação às demandas econômicas externas) apresentam-se como as principais características do campesinato amazônico. Tais características, entretanto, foram forjadas em meio às pressões externas impostas, sobretudo sobre as sociedades indígenas, as quais foram destruídas com a colonização europeia do vale amazônico, desde o início do século XVII. O campesinato amazônico, assim entendido, não é uma nova sociedade fruto “das pessoas que a viveram, mas das condições externas que a geraram” (p. 88)⁹.

Além dos nordestinos que entraram na Amazônia pelo porto de Belém e se dirigiram principalmente para os vales dos rios Purus e Juruá, vieram imigrantes do norte de Goiás, da Bahia e do Maranhão, os quais se deslocaram, na última década do século XIX, durante o *boom* da borracha, para a região do médio Tocantins. Esses imigrantes eram chamados de aventureiros que se encantaram pela riqueza e

⁹ SOUZA, M. p. 25

a fatura da floresta Amazônica, estabelecendo um novo estilo de vida e modificando as relações de convivência na selva. Partindo desse novo estilo de vida nasce o camponês ribeirinho que sai em busca de novas perspectivas de subsistência para o núcleo familiar. Esse camponês ribeirinho foi fruto da junção do modo de vida das sociedades indígenas e do caboclo da Amazônia com os imigrantes aventureiros.

Para Witkoski (2007)¹⁰, “o camponês amazônico, possui uma singularidade em face das demais categorias do campesinato brasileiro, que é o trabalho simultâneo com os elementos terra, floresta e água”. Já para Souza “o processo histórico da Amazônia, nesse sentido, tem sido como o instinto do animal livre que defende seu território, que delimita o seu domicílio e repele as investidas da desinformação e do preconceito” (2019 p. 25/26)¹¹.

O Amazonas continua participando ativamente da história da territorialização do camponês, o qual explora as suas riquezas para a manutenção do núcleo familiar. As comunidades tem ampla relação com os fatos históricos e econômicos, principalmente no que se refere aos rios, lagos, “florestas” e “terra”. Witkoski afirma que:

Dessa maneira, o *Homo sapiens* vem ocupando essas áreas por um grande período de sua existência, tirando delas seu sustento. Nessa sua forma de vida, os homens – primeiro os *ameríndios das águas*, depois os caboclos (que serão, mais à frente, conceituados sociologicamente como camponeses), aprenderam a enfrentar os fatores limitantes do ambiente físico dos solos de terra firme e, igualmente, a tirar proveito das vantagens oferecidas pelos ecossistemas que com ele fazem fronteiras – por exemplo, as terras de várzea fertilizadas ciclicamente, as florestas de várzea, a biodiversidade do mundo aquático etc. (WITKOSKI, 2007 p. 42)¹².

A constituição histórica e a formação do campesinato no Amazonas e no município de Manacapuru estão ligadas ao contexto da própria história da Amazônia. E foi assim que, pela contribuição de tantos viajantes, mas sem romper com a velha tradição da consciência de desigualdade, o discurso colonial passou a mudar na Amazônia (SOUZA, 2019) e aderir a um novo formato na organização do seu modo de vida. Raposo enfatiza que:

¹⁰ Idem p. 11/12

¹¹ SOUZA, M. *op. Cit.* p. 25/26

¹² WITKOSKI, Antonio, C. *op. cit.* p. 42

As influências de grupos humanos diferenciados se reconfiguraram em vários aspectos e possibilitaram um estilo de vida característico daqueles decorrentes de um processo de ocupação mais recente com as transformações dos ciclos econômicos e, conseqüentemente, dos grupos sociais locais, desta forma, marcados sobretudo pelas transformações do modo de produção capitalista na Amazônia e os aspectos relacionados com as mudanças que configuraram as relações de trabalho, como o rompimento com determinadas práticas tradicionais, a aceitabilidade de outros modos de compreensão da vida social e de suas atividades cotidianas (2010 p.46)¹³.

As práticas tradicionais ainda imperam no cotidiano dos povos da Amazônia, que adotaram a forma conjunta e, diante do estilo de convivência, aprenderam a compreender a natureza. É claro que com mais adaptabilidade no contexto moderno, as marcas culturais são explícitas na História e na Geografia do cotidiano das lutas com a bagagem da mistura das etnias, criando e recriando o modo de vivência, adaptando-se à natureza. Assim destaca o autor: Ianni, (1996, p. 1) *apud* Witkoski, (2007)¹⁴.

[...] a Amazônia é principalmente história; história no sentido de atividades sociais, econômicas, políticas e culturais; história no sentido de controvérsias, lutas e realizações. A própria Geografia pode ser vista como uma sucessão de desenhos demarcando os movimentos da História. O que parece natureza é a configuração dos indivíduos e coletividades apropriando-se da terra, como objeto e meios de produção. A rigor, são as formas de organização social da vida e do trabalho que criam e recriam a natureza, seja quando ela é embelezada, seja quando mutilada. Em todos os casos, (a Amazônia) está sendo humanizada, isto é, historicizada.

A reformulação humana na Amazônia ainda tem deixado os resquícios da história, no sentido de que é através do velho que se constrói o novo; do tradicional que se chega ao moderno. As formas pelas quais os povos se organizam nos locais de convivência do cotidiano sempre serão através da (re) organização do modo de socialização, “pois exprime o modo pelos quais as comunidades de camponeses-pescadores percebem e gerem seu espaço aquático, fluido, instável, porém, apesar

¹³ RAPOZO, Pedro Henrique Coelho. Territórios sociais da pesca no Rio Solimões: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso. 2010- Manaus, AM: UFAM, 272 f. 30 cm. Dissertação de mestrado em sociologia pela Universidade Federal do Amazonas 2010.

¹⁴ WITKOSKI, Antonio Carlos. op. cit. p. 01

de tudo, construído e apropriado em referência a um espaço terrestre” (CRUZ, 2005)¹⁵.

CRUZ (2007, p. 12/13)¹⁶ salienta que é importante considerar que todo esse processo de ocupação da Amazônia se deu obedecendo às condições naturais da região, caracterizadas pelas inúmeras vias fluviais. Os ribeirinhos, que atualmente habitam as margens dos rios, paranás, furos, lagos e igarapés no Estado do Amazonas, constituem a maior população rural daquela unidade da Federação.

Foi da colonização do imaginário que nasceu a colonização do território que o camponês ribeirinho se constituiu historicamente na região amazônica. Diante de uma história centrada de forma fragmentária, por gente da metrópole, a história da Amazônia é uma história que interessa a todos (SOUZA, 2009). Nesse contexto, entre as margens dos rios e lagos que, no imaginário das lendas e dos mitos que surgiu, como destaca Cruz (2007), o “camponês/ribeirinho” da Amazônia. Para Shanin:

Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas, os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses (SHANIN, 1980, p.75)¹⁷.

A partir da ideia de Shanin observa-se que, na Amazônia, essas características também se diferenciam dos camponeses de outras partes do planeta. Os camponeses da Amazônia estão mais interligados com o sistema rio/floresta. Enquanto os camponeses não amazônicos não têm tanto esse contato rio/floresta, o camponês amazônico possui uma singularidade em face das demais categorias do campesinato brasileiro, que é o trabalho simultâneo com os elementos terra, floresta

¹⁵ CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Rios e Lagos: a apropriação das águas pelos camponeses ribeirinhos na Amazônia. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

¹⁶ CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. 2007 op. cit. p. 12/13

¹⁷ SHANIN, Teodor. A definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações. Tradução de SARTI, C. A. e BRANT, W. C. Presidente Prudente. Revista Nera – ano 8, N. 7–2005.

e água. Para Witkoski, “essa singularidade não deve ser compreendida como algo exótico, mas como uma espécie de imperativo que se impõe a esses camponeses, num certo horizonte natural e social. Obviamente, para outros camponeses, são possíveis outros horizontes” (2007, p. 230)¹⁸.

O camponês deve ser diferente de uma sociedade para outra e existem diferenças dentro de uma mesma sociedade; a diferença está em suas características gerais e específicas. Nesse caso, considerando a esfera social de suas relações exógenas, esse camponês diferencia seu estilo de vida de acordo com suas características culturais. Quando se considera a forma peculiar de usufruir a terra, como destaca Witkoski (2010), o camponês amazônico:

[...] possui singularidades no contexto do campesinato brasileiro, pois trabalha simultaneamente com os elementos terra, floresta e água. Neste sentido, o camponês amazônico emerge como um sujeito social que realiza, e tem que realizar um conjunto múltiplo de atividades no mundo do trabalho: com relação à *terra*, é agricultor e criador que *depende* necessariamente do conhecimento dos ciclos naturais das águas dos rios Solimões/Amazonas (enchente, cheia, vazante e seca) para realizar seus plantios e colheitas; com relação à *floresta*, exerce durante a vazante as atividades de extrator [...] a atividade da *caça*, uma das formas de extrativismo animal, no entanto, é praticada de modo relativamente mais intenso no período em que o rio inunda a várzea e, com isso, “cercam” em espaços bem delimitados os animais apreciados como alimento – o que facilita o ato de caçar; finalmente, esse camponês precisa ser, desde sua infância, um notável *pescador* – outra forma de exercer o extrativismo animal. Como tal, necessita envolver-se por inteiro com o meio ambiente água nos períodos da enchente, cheia, vazante e seca. Desse envolvimento, dependem a sua vida e a da sua família (p. 462).¹⁹.

Além de determinar, com clareza, as características da relação camponesa, se expandiu também o desenvolvimento da produção agrícola, baseada no trabalho familiar e na vida comunitária, bem como a relação com a sociedade mais geral que ela constitui, como proposto por Witkoski.

1.2 A trajetória da pesca no passado e no presente: o avanço tecnológico

¹⁸WITKOSKI, Antonio Carlos. op. cit. p. 230

¹⁹ WITKOSKI, Antonio Carlos. op. cit. p.462

Para Diegues (1993 p.13)²⁰, pouco se sabe sobre a pesca nas sociedades primitivas. Segundo estudos arqueológicos demonstram, a pesca tem representado uma importante fonte de alimentos em períodos anteriores ao aparecimento da agricultura. O autor também ressalta que, antes da captura do pescado, o homem primitivo era um coletor de moluscos. No período bem anterior ao neolítico, os moluscos tinham grande importância na alimentação humana.

Palsson (s/d) apud Diegues (2008)²¹ caracteriza a trajetória da pesca em três períodos: No primeiro período, o Medieval (1.000 d.C.), a pesca era somente de autossustentação, sendo considerada uma troca com a natureza dadivosa. O peixe, principalmente o bacalhau, era um dom da natureza e, para capturá-lo, o pescador precisava conhecer os sinais de sua presença. Havia animais marinhos monstruosos e os mitos, bem como os rituais, existiam para proteger os pescadores contra os perigos da natureza. Por outro lado, a sociedade era homogênea, não havendo competição entre os seus membros.

O segundo período introduziu a economia mercantil. O peixe se transforma em mercadoria e instaura-se a competição entre os pescadores. O melhor mestre da pesca não é o que interpreta os sinais da natureza e conduz bem a tripulação, mas o que apresenta a captura maior. O peixe é um bem de valor de mercado, que se retira do mar, controlando e domando a natureza. Essa competição leva, em meados do século XX, à sobrepesca²², com a introdução de tecnologia moderna pela indústria pesqueira.

No terceiro período, o mais recente, por causa da maior escassez de peixes, houve a necessidade de se instaurar uma administração dos estoques pesqueiros pelo sistema de quotas. A quantidade a ser capturada por barco já não é mais definida pelo mestre, mas pela administração pública, na qual imperam os biólogos marinhos. Esses passam a serem detentores do saber moderno em detrimento dos mestres da pesca.

²⁰ DIEGUES, A.C. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.

²¹ DIEGUES, IDEM

²² Pesca excessiva, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/sobrepesca> [consultado em 21-11-2020].

Para Diegues (1983)²³, a pesca traz uma sequência de acontecimentos que, com o passar dos anos, ajusta-se de acordo com a necessidade de cada época, até aderir à modernidade. O quadro 01 a seguir, baseado nos escritos de Diegues *et all* (1983), apresenta o desenvolvimento das inovações da engenharia naval da pesca ao longo dos séculos:

Quadro 1 - Desenvolvimento e inovações da pesca ao longo dos séculos, segundo Diegues

ÉPOCA/SÉCULO	ACONTECIMENTOS
XVI	Adaptação das caravelas para a pesca.
XVII	Substituição das caravelas pelo <i>brigantins</i> .
	Lançamento da pesca do bacalhau.
	Transformação da rede <i>traw</i> (arrastão) de simples aparelho de pesca artesanal para apetrecho industrial.
Até meados do século XIX	Introdução das máquinas a vapor para motor de combustão.
	Cria-se o sistema de parelha (dois barcos arrastando uma única rede de maiores dimensões - o <i>bull trawl</i>).
A partir do fim do século XIX	Aumenta a capacidade dos barcos de pesca para 300 a 400 toneladas, com a tripulação de 30 a 40 pescadores.
	Armadores introduzem o gelo para a conservação do pescado.
A partir do sec. XX	Surgimento da estrada de ferro, que facilitou a comercialização do pescado dentre outros.

Elaboração: Francisca Pereira, 2019.

Analisar a trajetória e a forma pela qual o camponês/ribeirinho utiliza o equipamento de pesca é redescobrir processos da relação cultural que estão intimamente ligados às práticas dos mesmos, refletindo como cada camponês atribui sentido à trajetória de um mesmo objeto que herdou do passado, como uma forma de interagir com o presente influenciado pelos hábitos dos antigos. Trazendo para si os gestos, as práticas, os ritmos, as percepções, as relações sociais e os aspectos socioculturais que envolvem o cotidiano de cada um desses camponeses/ribeirinhos, Diegues (2000) enfatiza que “apesar das recentes transformações por que passam as comunidades pequenos pescadores, em todo o mundo, pode-se constatar, ainda hoje, a persistência de práticas sociais e simbólicas [...], Santos (2009, p. 10) et all diz que:

Registros fósseis mostram que o uso de pescado como alimento pelas populações indígenas amazônicas retrocede à pré-história, entre 3.000 e 1.500 a.C., e até hoje a pesca é uma das atividades

²³ DIEGUES, A.C. 1983 ibdem

mais tradicionais na Amazônia. No diário feito por Frei Gaspar de Carvajal, sobre a viagem de Francisco Orellana, em 1541, descendo o rio Amazonas, é dito que: "... depois de passarem muita fome, chegando ao extremo de comerem cintos e solas de sapatos cozidos com ervas, encontraram uma povoação de índios que, ao vê-los, fugiram, deixando toda a comida existente, que foi devorada pelos espanhóis; mas após isso o contato foi amistoso, e os índios forneceram suprimento de peixes e aves para eles"²⁴.

A pesca tem grande importância na cultura tradicional, uma cultura da população indígena comprovada por fósseis. Além ser a principal fonte econômica para os camponeses/ribeirinhos/pescadores, essa fonte de renda vem sofrendo uma decadência pela intensificação da captura do pescado. A captura desse pescado está sendo muito disputada, principalmente, no que se trata da pesca comercial. Essa pesca comercial é mais praticada em rios e lagos.

Diegues (1993) esclarece que a pesca em águas interiores é principalmente artesanal, enquanto que a pesca marinha pode ser tanto industrial quanto artesanal. O autor nos alerta que:

[...] no processo de trabalho dos pescadores artesanais existe a produção parcial dos meios de subsistência pelos próprios pescadores. Ao lado da quase totalidade da produção levada ao mercado, os camaradas levam para casa a mistura ou o peixe consumido como prato de base da família. A produção dos valores de uso é no entanto limitada, concentrando-se os pescadores artesanais na produção da mercadoria. O peixe é aí um valor de troca, mas o trabalho não se transformou ainda em mercadoria, em objeto de compra e venda. Daí não existir a extração de mais-valia absoluta, mesmo quando no processo de trabalho os agentes de produção permaneçam no mar por mais tempo que o previsto, tendo encontrado um bom cardume (1983, p.259)²⁵.

Assim, Diegues declara que a produção no seio da família para o consumo é quase limitada aos camponeses/pescadores. Facilmente enxerga-se como é complexo analisar as dinâmicas envolvidas no processo e relações de trabalho dessa atividade artesanal da pesca, que perpassa também pelo esclarecimento do que foram os pescadores-lavradores.

No entanto, é possível compreender que, na atividade laboral dos pescadores artesanais, constata-se a produção de valores-de-uso um tanto limitados, se

²⁴ SANTOS, Geraldo Mendes dos; FERREIRA Efrem J. G.; ZUANON Jansen A. S. Peixes comerciais de Manaus/ 2a ed. revisada – Manaus: INPA, 2009.

²⁵ DIEGUES, A.C. 1983 ibdem, p.259

comparados à concentração dos produtos (os pescados) que são destinados ao mercado, o que poderia ser entendido sob um aspecto da produção de valores-de-troca. Por outro lado, devemos ter a clareza da diferença que deve ser estabelecida entre os produtos gerados e o trabalho do pescador artesanal²⁶ [...] Moreno et all, (2013).

No caso da pesca, também há variações, assim como o valor de uso, o pescado terá o seu valor conforme cada espécie. Marx (2008) assegura que este valor-de-uso pode ser encarado de diferentes formas, como uma matéria-prima, meio de trabalho ou produto, visto que este varia de acordo com a função que exercerá no processo de trabalho e da posição que nele ocupará e, conseqüentemente, desta forma alterando a natureza do valor-de-uso.

No entendimento de Marx, para criar valor de uso, é necessário apropriar-se dos elementos naturais e transformá-los através do trabalho – mão de obra humana – para que o resultado se transforme em valor de troca. Ao nos defrontarmos com essa dualidade no campo do trabalho, que é o valor de uso e o valor de troca, Martins (1990, p.153) argumenta que:

Entre desiguais não há possibilidades de contrato, há dominação. Por isso, no capitalismo, só é pessoa quem troca, quem tem o que trocar e tem liberdade para fazê-lo. A condição humana, a condição de pessoa, específica dessa sociedade, surge da mediação das relações de troca: uma pessoa somente existe por intermédio de outra. Essa é uma contradição própria do capitalismo: para entrar na relação de troca, cada um tem que ser cada um, individualizando, livre e igual a todos os outros; ao mesmo tempo, cada um nunca é cada um, porque a existência da pessoa depende totalmente de todas outras pessoas, das relações que cada um estabelece com os outros. Cada pessoa se cria na pessoa do outro²⁷.

De acordo com a descrição feita por Marx (1974), toda renda [...] é mais-valia produto do trabalho excedente. Na forma menos desenvolvida, é diretamente produto excedente, a renda natural. Mas, no modo capitalista de produção, a renda [...] é sempre sobra acima do lucro²⁸ [...]. Nesse caso, para o camponês

²⁶ MORENO L. T.; CARVALHAL M. D. Trabalhadores do mar: uma discussão sobre as transformações do trabalho do pescador artesanal de Ubatuba/SP. São Paulo. revista pegada. – vol. 14 n.1 139 139 – 163. julho/2013.

²⁷ MARTINS, José se Souza. Os camponeses e a política no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro. Vozes 1990.

²⁸ MARX, Karl. O capital: Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol.1, parte terceira, 2008.

pescador/ribeirinho a renda do pescado é o produto excedente desse ribeirão. Note-se ainda que:

Dessa forma, os recursos pesqueiros para os pescadores de subsistência possuem um valor-de-uso, um valor qualitativo que expressa a vida no sentido que serve de fonte de nutrição para esse grupo social, trocam o produto não no sentido de obterem lucro com a venda, mas para adquirirem bens e serviços que a sua unidade doméstica não produz, ou seja, troca mercadoria por mercadoria, sendo a moeda apenas um meio de circulação²⁹ (BRITO, 2010 p.98).

Assim, a pesca na Amazônia, na forma menos desenvolvida, é uma atividade praticada por pessoas de todas as classes, incluindo os camponeses/ribeirinhos, abrangendo todas as gerações: homens, mulheres e crianças. É uma prática que perpassa de geração em geração. Está vinculada em 3 escalas da sociedade: comércio, subsistência e lazer. Além da sua importância na economia geral, na alimentação e no lazer do homem do interior, a pesca também movimentava um enorme contingente de pessoas e setores de negócios nas zonas urbanas (SANTOS et al, 2007 p 46)³⁰.

O camponês ribeirão pescador carrega uma bagagem de experiências tradicionais que facilita a convivência na natureza. Esse pescador pode identificar as mudanças criando o seu próprio cronograma, seguindo o ciclo da natureza. Nessa perspectiva, Freitas (2003) enfatiza que a relação do homem ribeirão com a água que atravessa o seu cotidiano é de importância vital para a compreensão do comportamento migratório dos peixes e do ambiente por eles utilizados. Essas experiências tradicionais, que são passadas de geração a geração, significam que o saber fazer não se constrói de uma hora para outra, e sim de uma longa trajetória da convivência entre pais e filhos.

A pesca enquanto apropriação material e social de recursos renováveis e móveis coloca problemas relevantes na análise da relação entre o homem e a natureza que hoje ganham importância no conceito da ecologia. Teóricos marxistas se referem frequentemente a natureza como um “objeto de trabalho homogêneo

²⁹ BRITO, Marco Antônio de Souza. Ambientes, práticas de pesca e territorialidade no uso do Lago Grande de Manacapuru (AM). 179 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Amazonas, 2010.

³⁰ SANTOS, Geraldo Mendes dos; FERREIRA, Efrem Jorge Gondin; VAL, Adalberto Luis. Recursos pesqueiros e sustentabilidade na Amazônia. *Hiléia: Revista de Direito Ambiental da Amazônia*. Ano 5, n.º 7. UEA – Edições. Universidade do Estado do Amazonas, 2007.

e indiferenciado” ao analisar os “fatos naturais” (terra, mar, etc.) apesar da distinção clássica feita por Marx, a natureza quase sempre analisada como uma entidade estática. No capitalismo ao analisar a “matéria prima”, para a grande indústria, os elementos naturais podem parecer como um fator de produção inerte. No entanto a situação é distinta quando na forma de organização, caracterizada pelo reduzido desenvolvimento das forças produtivas, o homem vive quase ao sabor dos ciclos de produção e reprodução natural (como é o caso da captura dos cardumes de peixes) (DIEGUES 2004, 142/143)

É um vínculo de companheirismo, que tem uma relação estreita no cotidiano entre pai e filho e o ambiente natural da pesca, que se pratica entre rios e lagos de terra firme. Assim Lev Straus destaca que “a diversidade cultural se constitui de diferenças culturais – conhecimentos e técnicas – e não de desigualdades culturais”³¹.

1.3 Breve retrospectiva da pesca na Amazônia e no Amazonas.

Diegues assegura que as sociedades inteiras, em determinados períodos históricos, dependeram quase que exclusivamente da pesca que foi responsável pela reprodução física e social de seus membros, bem como pela importância de representações sociais e culturais que marcaram a vida social, não somente na Antiguidade como nos tempos modernos. O quadro abaixo (02) retrata os períodos históricos da pesca e comprova a trajetória herdada de uma tradição da cultura antiga.

Quadro 2 - Períodos da história da pesca, segundo Diegues.

PERÍODO EM SÉC./ANO	REGISTRO DOS EVENTOS
4.700AC	Lista (registros) de apetrechos de pesca e das quantidades de peixes capturados nos templos suméricos.
Idade Média	Destacou-se a pesca do arenque, que deu origem a diversas associações - viviam da comercialização do peixe.
Séc.VII ao X	O peixe entrou definitivamente na alimentação popular.

31 LÉVI-STRAUSS, C. A Ciência do Concreto. In: O Pensamento Selvagem. Campinas: Papirus, 1996.

Séc. XI	A preparação do arenque em salmoura (Holanda, Bélgica), incentivando ainda mais a pesca.
Séc. XI	Aumento do consumo da captura do pescado (arenque) nos mares Báltico do Norte.
Séc.XII	Os holandeses se lançaram à pesca do Arenque.
Em 1241	Criação da Liga Hanseática, para controlar o comércio do arenque. Reunindo 90 cidades para controlar o comércio do pescado.
Em 1271	Formou-se uma cooperação de comerciantes para venda de pescados em Burges (França).
Séc. XVI	O bacalhau representa 60% de todo o peixe consumido em toda a Europa – aumenta o número de barcos de pesca.
Séc. XVII	Concessão da Coroa Portuguesa para a pesca da baleia entre a Bahia e Santa Catarina.
1930/1970	No Brasil, a pesca da sardinha contribuiu para a alimentação popular.
1970/1980	Auge da pesca industrial/comercial.

Organização: Francisca Pereira, 2019. Com base em Diegues (2004).

Dessa maneira, o pescador “artesanal” passa a se reproduzir e reproduzir suas condições de existência na pesca, voltada fundamentalmente para o comércio. O mercado é o objetivo de sua atividade, ainda que o “balaio” ou cesto de peixe para o autoconsumo, separado antes da partilha, constitua uma das bases de sua sobrevivência e de sua família. (DIEGUES, 2004 p. 137)ⁱ. O desenvolvimento histórico da atividade pesqueira tem um longo caminho percorrido de tradições e ajustes baseados nos processos tecnológicos e sociais de intervenção e ação humana, utilizadas atualmente na captura do pescado, que varia conforme o ambiente aquático e as necessidades de uma determinada população, na região amazônica, assim como demonstra o quadro 02.

O desenvolvimento histórico das atividades pesqueiras deve muito, por um lado, aos processos sociais de intervenção e ação humana na região Amazônica e, por outro lado, pela formação e ocupação dos grupos sociais no período anterior à colonização portuguesa (RAPOSO, 2014 p.17). Apesar da longa trajetória da pesca na Amazônia, costuma-se delimitar que a atividade pesqueira remota ao período colonial nos quais os indígenas já se beneficiavam do pescado como prato essencial de alimentação além de caça, frutos e raízes.

Veríssimo (1895) apresenta uma importante coleção de informações históricas sobre a pesca na Amazônia, onde destaca que no século XVII estabeleceram-se vários pontos de pesca, denominados pela Coroa Portuguesa

como pesqueiros reais. Esses eram administrados e explorados somente para a retirada dos estoques naturais, que serviriam de sustento para as tropas que exploravam a região em nome da Coroa Portuguesa.

Essa forma de organização dos pesqueiros sob o controle da fazenda real deixou de existir na década de 1810. A maioria desses pesqueiros foi entregue sob o regime de arrematação, aos arrendatários. Estes passaram, então, a administrar esses pontos de pesca por um curto período, pois na década de 1820, muitos retornaram para o controle de governo colonial, sendo definitivamente extinto no final daquela década, já durante o primeiro império (CRUZ, 2007, p. 149).

A administração do império colonial aproveitava o potencial pesqueiro da região para alimentação local e comércio, utilizando-o como moeda de pagamento e troca. Os principais pescados capturados, pela sua abundância, eram o peixe-boi (o mais antigo da história da pesca), a tartaruga e, mais tarde, o pirarucu.

A abundância de peixes na Amazônia, desde os tempos remotos, não servia somente à alimentação, mas também ao uso da economia doméstica e industrial. Para manter essa economia e a sobrevivência da população amazônica, existiam os principais modos de captura dos mais variados tipos de pescado (como já foi demonstrado anteriormente) que os indígenas utilizavam: o arco e flecha, curral (batição), o anzol e o arpão.

Com arco e flecha, os indígenas capturavam qualquer tipo de pescado. Além da flecha, usavam arpões, anzóis feitos de ossos e redes pequenas, que chamavam de puçás. Na mesa portuguesa, o cardápio cotidiano do pescado era especialmente composto por peixe-boi e tartaruga. Para esses portugueses, a tartaruga era a vaca das suas mesas, o pirarucu bem salgado era o bacalhau e o peixe-boi era o atum do reino, além da mixira³², linguiças, manteiga extraída dos ovos da tartaruga e banhas eram de consumo notável.

Para Veríssimo (1895), a pesca na Amazônia se caracterizava pela diversidade de modalidades, pela prática tradicional que sempre desempenhou

³² Mixyras, segundo Bueno (1998, p. 222), significa assado ou coisa assada. Idem em Gonçalves Dias (1858, p. 479). Segundo Assis (1992, p. 121) é: "...conserva de peixe-boi, de tambaqui ou de tartaruga nova em azeite do próprio animal de que é fabricada." Borzacov (2004) define mixira como: "Carne de peixe-boi fritada na sua própria banha e guardada em latas de querosene para consumo posterior. Faz –se também com carne de tartaruga." [Do tupi.] No Aurélio está grafado Mixira, adotaremos essa grafia portanto.

papel de atividade complementar integrada às demais atividades da economia familiar, na qual sabemos que viria intensificar-se com a pesca profissional de caráter comercial. Com relação à pesca, afirma ainda que o uso do anzol, arpão, curral ou arco e flecha era mais frequente, sendo raro o uso de redes e tarrafas em um período próximo ao fim do século XIX.

A partir da colonização, no século XIX, mais um elemento passa a integrar a história da atividade pesqueira regional: o colonizador, que também explorava os estoques naturais de peixes e quelônios para alimentação e extração de óleo (gordura) a ser utilizado como fonte de energia. Cruz (2007) pontua que, no final do século XIX e no início do século XX, foram organizadas, em Manaus, as primeiras empresas de canoa movidas a remo e a velas, denominadas de poveras. Elas pertenciam aos portugueses e eram responsáveis pelo abastecimento do pescado para a capital amazonense, principalmente durante as primeiras décadas do século passado. Tem início, assim, no estado do Amazonas, a pesca destinada a comercialização.

CAPÍTULO 2 - UMA NOVA FORMA DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE LAGOS E RIOS DE TERRA FIRME

Neste capítulo, foi contextualizado a nova forma de apropriação do espaço entre lagos e rios de terra firme, com enfoque no contexto histórico da formação/instalação do lanço no município de Manacapuru-AM, na luta e resistência pelo processo de territorialidade nos lagos e rios de terra firme.

2.1 A pesca do lanço no rio Manacapuru: Lago Grande e São Lourenço e sua territorialidade camponesa.

A pesca é uma atividade praticada desde o período da Pré-História, quando o homem se tornou independente, ao produzir e reproduzir suas próprias ferramentas de caça e pesca. A partir desse período, a pesca vem sendo um dos principais alimentos na mesa do ser humano. Para muitos, a pesca é a principal fonte de renda conforme Diegues:

A exploração dos recursos pesqueiros é antiga, tendo uma importância não somente econômica, mas cultural e simbólica. Alguns grupos humanos foram tão dependentes da pesca que pode-se dizer que foram produzidos material simbolicamente por essa atividade (DIEGUES, 2004, p.04)³³.

Diegues pontua que a pesca é uma das atividades tradicionais que vai além da caça, agricultura e o extrativismo. Na Amazônia, não é diferente, uma vez que a pesca é praticada pelos camponeses/ribeirinhos/pescadores, os quais produzem também o seu próprio material, respeitando e reproduzindo a cultura simbólica. “A pesca é uma das atividades mais antigas exercidas pelo homem em período anterior ao neolítico” (p. 17).

Assim, a relação do homem com a natureza, principalmente no que diz respeito à água, no caso do camponês ribeirinho, esse contato está atrelado desde a Antiguidade. Essa relação faz parte da vida dos camponeses/ribeirinhos/pescadores, para que compreendam o comportamento natural do processo migratório de cada espécie, respeitando assim o período sazonal, além dos períodos de transição

³³ DIEGUES, A. C. S. *Ibidem* 2004. p. 04

(enchente e vazante). As estações do ano não são marcadas pelo homem, mas sim identificadas pelo próprio homem através do ciclo da natureza. Nesse sentido, o camponês/ribeirinho/pescador sabe identificar as estações e se adequar prevenindo-se para a transição na enchente e na vazante, no caso do rio Manacapuru, no lago Grande e lago de São Lourenço. Diegues (1983, p.08) assegura que:

Ao nosso ver são dois sistemas irreduzíveis, mas articulados entre si. Assim quando o desenvolvimento das forças produtivas sociais é reduzido, o homem vive no ritmo das forças produtivas da natureza. Na medida em que aumenta o desenvolvimento das forças produtivas, o homem consegue um controle maior sobre os recursos naturais, interferindo muitas vezes desastrosamente sobre os ciclos de reprodução dos ecossistemas naturais³⁴.

Diegues pontua, acerca desses sistemas irreduzíveis, que onde o homem é capaz de se adaptar através dos sistemas da natureza, controlando os recursos naturais dentro de um planejamento cíclico. As várias formas pelas quais camponês/ribeirinho/pescador se organiza depende das condições da natureza. Esse camponês conhece todos os movimentos naturais, tanto das florestas, como dos rios e lagos. Os camponeses/ribeirinhos/ pescadores vivem na dependência dos ciclos da natureza. É ela (a natureza) que determina através dos ciclos o aparecimento, tanto da espécie de peixe como no que se refere à agricultura e ao extrativismo.

A experiência de campo permitiu observar o todo da prática dos camponeses/ribeirinhos/pescadores do Lago do São Lourenço, principalmente nas áreas da pesca do lanço (que é o foco do estudo). Partindo da limpeza do lanço até o último passo, que é a execução do lanço. Práticas que são confirmadas através de dados obtidos, a partir de Cruz (2007, p. 222), quando pontua:

A atividade denominada como pesca de lanço pelos camponeses/ribeirinhos consiste na preparação da terra no período de águas baixas (vazante/seca) para a prática pesqueira durante o período das águas altas (enchente/cheia) nos lagos e rios de terra firme na Amazônia. A escolha exata da área para a preparação da terra é o resultado das observações realizadas pelos moradores que, no momento das enchentes/cheias anuais, perceberam que o local faz parte da rota dos cardumes de peixes de diferentes espécies, os quais migram no interior do lago São Lourenço, no baixo rio Manacapuru. Assim no período de vazante/seca tem início a

³⁴ DIEGUES, A. C. S. 1993 *op cit*

preparação da terra para a pesca. É realizada a derrubada dos componentes arbóreos ou arbustivos nos casos em que pela primeira vez se instala o lanço. A roçagem apenas é feita nos casos em que aqueles componentes estão ou somente para fazer um lanço já existente³⁵.

Com base em Cruz (2007), foi possível identificar em campo a prática e a trajetória do lanço no uso dos rios e lagos no dia a dia dos camponeses/ribeirinhos/pescadores, no contexto socioeconômico da comunidade do Rosarinho no lago de São Lourenço. O Lago de São Lourenço se destaca por ser localizado entre duas grandes bacias hidrográficas, a bacia do lago Grande e a bacia do rio Manacapuru. Ambas apresentam grande produtividade e rendimento em época da safra do pescado, por ser a maior área da pesca do lanço.

Apesar do lago de São Lourenço ser um lago relativamente canalizado, tem grandes áreas de florestas alagadas que permanecem nos meses entre janeiro e julho, aproximadamente. Essas áreas de florestas alagadas situam-se nas margens dos rios onde são efetuados os lanços. A captura do pescado na modalidade da pesca do lanço iniciou-se “na década de 70 início de década de 80 do século XX”. Conforme destaca Paulino (2006, p. 197):

Como vimos, a produção familiar segue uma diversificação necessária à sua reprodução, “sendo essa uma das explicações para a sua sustentação. [...]. Distingue-se, nesse ponto, da lógica capitalista, por subordinar a avaliação do que é mais rentável não à situação de mercado, mas às próprias condições produtivas internas”.

No lago de São Lourenço, pratica-se a captura do pescado para manter alimentação e comercialização, com destaque para a pesca do lanço, que absorve 80% da mão de obra pesqueira na região, principalmente na época da piracema do peixe gordo. Nesse contexto, encontra-se diversos tipos de famílias de camponeses/ribeirinhos/pescadores em várias formas de convivência familiar dentro do seio da unidade camponesa, isso influencia na atividade pesqueira. Normalmente, há uma divisão no trabalho que corresponde à idade e ao sexo, com funções que são proporcionais a diferença para homens, mulheres, crianças e idosos.

³⁵ CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da, 2007 *op cit.*

Para esses camponeses/ribeirinhos/pescadores, a pesca do lanço em geral, é uma atividade masculina, porém as mulheres e crianças contribuem nos serviços domésticos e na execução de outras atividades.

Isso não significa que o papel das mulheres na unidade doméstica camponesa seja considerado secundário. Muito pelo contrário, o trabalho feminino tem uma importância fundamental para a permanência da família ribeirinha camponesa no lago São Lourenço, no baixo rio Manacapuru. Embora não participem da pesca de lanço, elas executam outras atividades, como, por exemplo, a pequena criação, a horta e, em momentos de necessidades, participam de tarefas na roça CRUZ, 2007, p. 219)³⁶.

A pesca de subsistência através do lanço é praticada principalmente para o autoconsumo. O excedente, os camponeses/ribeirinhos/pescadores levam para vender na balsa de peixe em Manacapuru, no intuito de comprar suprimentos de cesta básica e tirar a despesa do material (combustível, gelo, conserto da rede do lanço, etc.), consumido durante a pescaria. Essa modalidade de captura do pescado se dá devido a necessidade em que esse camponês/ribeirinho/pescador se encontra, pois também atua em outras atividades, como o extrativismo vegetal, a agricultura, entre outras. “isso mostra que os camponeses/ribeirinhos/pescadores não abandonaram a agricultura, mantendo, portanto, em várias localidades da Amazônia, uma combinação de atividades: pesca, caça, extrativismo, agricultura, pequena criação e outras” (CRUZ, 2007, p. 24)³⁷.

A pesca na Amazônia é uma atividade praticada principalmente para a alimentação e para o comércio. Conforme a classificação de Barthem et al. (1997),³⁸ no quadro abaixo:

Quadro 03 - Tipos de pesca na Amazônia

Tipos de pesca	Características da atividade
Pesca comercial	Desenvolvida por pescadores profissionais, destinada à comercialização na própria região e, eventualmente, para outras regiões do país. Nela, operam barcos regionais simples, com casco de madeira medindo de 4 a 16m de comprimento.

³⁶ CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da, 2007, *op cit.*

³⁷ CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. 2007, *Idem.*

³⁸ BARTHEM, Ronaldo Borges; GOULDING, Michael. Os Bagres Balizadores: Ecologia, Migração e Conservação de Peixes Amazônicos. Tefé-AM: Sociedade Civil Mamirauá; Brasília: CNPq. 1997. 140 p.

Pesca industrial	Desenvolvida por pescadores profissionais na região do estuário amazônico e destinada à exportação. Nesse caso, as capturas são feitas com redes em parrelha.
Pesca de peixes ornamentais	Desenvolvida por pescadores artesanais de peixes vivos. A atividade é praticada com uso de canoas pequenas e puçás ou peneiras alongadas. Os peixes vivos são transportados da área de coleta até Manaus em barcos, utilizando-se de bacias com água. Essa atividade está centralizada na bacia do rio Negro.
Pesca de subsistência	Desenvolvida por pescadores ribeirinhos e destinada à sua alimentação e à de seus familiares. Quando bem-sucedida, parte da produção pode ser vendida a intermediários ou em feiras das vilas mais próximas. Trata-se de uma atividade difusa, praticada por milhares de pessoas e, por isso, sua produção é difícil de ser quantificada. É também muito expressiva do ponto de vista cultural, por ser uma atividade comumente praticada por gente de ambos os sexos e de todas as idades e categorias sociais.
Pesca esportiva	Nessa categoria, são empregados aparelhos simples, como molinete, anzol e linha. Trata-se de uma atividade de grande valor lúdico e estético e que vem se firmando como importante alternativa turística na região.

Organização: Francisca Pereira, 2020

O quadro 03 representa as categorias e as características de pesca praticada na Amazônia, porém, no Lago de São Lourenço, não são praticados todos esses tipos de pesca apresentados no quadro acima. A pesca ali praticada é, principalmente, a de subsistência, onde os camponeses/ribeirinhos/pescadores praticam para o sustento familiar e o excedente serve para manter as despesas da casa, como a compra de cesta básica, compra de vestimentas, dentre outras despesas. “É comum ainda hoje, nas relações de trabalho e comércio dos pequenos produtores rurais, a aceitação de condições extremamente injustas nas trocas de produtos primários por produtos industrializados. Reflete uma enorme desigualdade social e cultural” (MARTINOT, 2013, p.53).

Assim o camponês/ribeirinho/pescador sobrevive. A pesca comercial é praticada no lago de São Lourenço pelos camponeses/ribeirinhos/pescadores da comunidade, mas também por pescadores que adentram o lago com o intuito de capturar pescado para vender grande quantidade de nas feiras e nos mercados das cidades, como em Manacapuru e em Manaus. Dependendo do tipo do pescado, os

pescadores comerciais exportam para outros Estados ou até mesmo para outros países, como é o caso do mapará.

O pescador tem suas características conforme o tipo de atividade pesqueira que desenvolve. Dessa forma, diversos autores (Petreire, 1992; Furtado, 1993; Parente, 1996; Barthem et al., 1997; Leonel, 1998; IPAAM, 2001) têm classificado e caracterizado os pescadores da Amazônia, conforme o quadro 04 a seguir:

Quadro 04 - Classificação e características dos pescadores, segundo autores descritos no quadro abaixo

Autores	Classificação	Caracterização
Petreire (1992)	Pescador lavrador	Pratica principalmente a agricultura na época da vazante do rio. Na época da cheia, dedica-se mais à pesca. Essa pesca é de subsistência, mas o excedente pode ser armazenado, ou mesmo vendido, como pescado seco, salgado ou defumado no mercado mais próximo.
	Pescador morador	Essas pessoas pescam no igapó e trocam o pescado fresco capturado por rancho ou vendem-no aos donos de barcos.
	Pescador profissional	Embora não tenha salário fixo, trabalha à base de partilha do lucro da pescaria. O processo de partilha é feito em comum acordo entre as partes.
Furtado (1993)	Pescadores marreteiros ou geleiros	São donos de motores que juntamente com pescadores monovalentes realizam pescarias, com fins estritamente comerciais, geralmente para outros compradores ou para revenda à empresa de beneficiamento de pescado. Estes são um misto de pescador e comerciante.
Parente (1996)	Pescadores ribeirinhos	Aquela parcela de pescadores que reside na zona rural às margens dos rios, lagos e paranás, que pescam para atender o mercado e fazem da pesca sua atividade principal ou uma alternativa a mais para complementar a renda familiar. Pode ser subdividido em autônomo ou dependente (está atrelado a um determinado barco pesqueiro ou ao comerciante local).
	Pequeno pescador	Já possuem uma pequena embarcação a motor, acondicionamento do pescado com capacidade, geralmente abaixo de 10t . Utilizam novos apetrechos de pesca em maior quantidade e em maiores dimensões. A pesca é exclusivamente para o mercado. Residem, em sua maioria, na zona urbana, mas podem ter origem rural.
Barthem et al. (1997)	Citadino	É aquele que vive na cidade e já perdeu sua ligação com a terra ou qualquer forma de extração de renda ou recursos da mesma. Nesse grupo, são incluídos os pescadores que abastecem os principais centros urbanos da região amazônica.
	Interiorino	Vive na zona rural e tem alguma relação com a terra. A pesca é a renda parcial de sua atividade, podendo ser principal ou complementar a outras atividades relacionadas ao campo.

Elaboração: Francisca Pereira, 2020.

O quadro 04 retrata a classificação dos pescadores, segundo suas características e comportamento, porém nem todos os tipos de pescadores do referido quadro encontram-se nas atividades de captura do pescado no lago de São Lourenço. Há coexistência de seis tipos de pescadores no referido lado. Esses autores fizeram a identificação de diferentes tipos de pescadores. No Lago de São Lourenço, foi identificado o pescador que pratica o extrativismo além do lanço. Petrere (1992) chama também de pescador lavrador (pratica a agricultura na época da vazante e a pesca na época da cheia), o pescador morador (vende o pescado para os donos de barco), o pescador profissional (trabalha à base da partilha do lucro da pescaria) e Furtado (1993) também cita os pescadores marreteiros ou geleiros (realizam pescarias com fins estritamente comerciais, são um misto de pescador e comerciante), esses pescadores vêm em busca da pesca do lanço.

Os pescadores que praticam a pesca do lanço são do lago de São Lourenço, ou mesmo, pescadores comerciais que buscam sobrevivência através da pesca. Esses sujeitos trazem consigo uma bagagem de conhecimentos acerca do meio ambiente, sobre as condições do tempo, dos rios e lagos, além da experiência no manejo dos instrumentos de pesca conforme determinada situação observada (Fig. 3).

FIGURA 03 - Manejo da rede de pesca pelos camponeses/ribeirinhos/pescadores



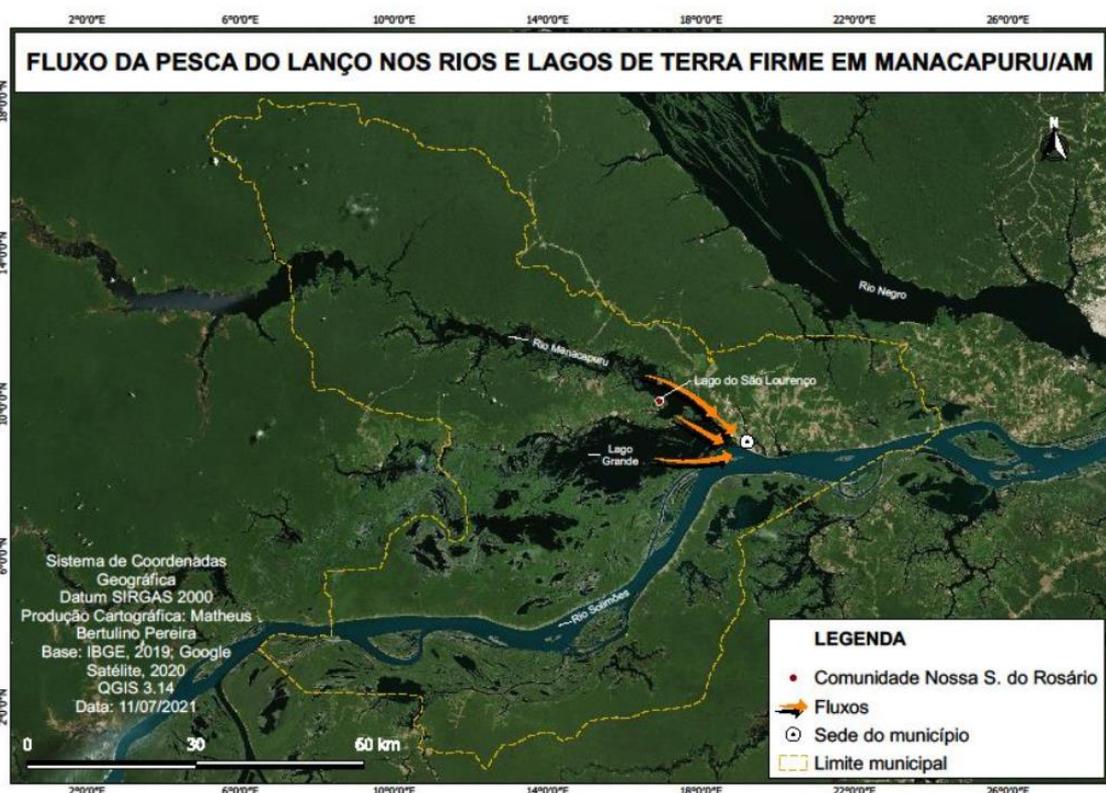
Foto: Francisca Pereira 2019

A figura acima apresenta um grupo de camponeses/ribeirinhos/pescadores realizando suas atividades de pesca no lago de São Lourenço, que, segundo Parente, “são pequenos pescadores que trabalham em grupos e dispõem de melhores condições de trabalho”, ou seja, esse grupo de pescadores já tem uma canoa, um motor tipo rabeta, além do principal equipamento, que é a rede para a realização do lanço. Então, esse é o diferencial de “melhor condição de trabalho”.

É preciso não confundir o pescador artesanal com o pescador de auto-subsistência, pois aqueles produzem principalmente para a venda e como todo e pequeno produtor é dependente do mercado, através da teia de intermediário [...] ele é um pequeno produtor que participa diretamente do processo de pesca, dono do cabedal enorme de conhecimentos e dos instrumentos de trabalho, operando seja em unidades familiares, seja com camaradas ou companheiros (DIEGUES, 2004, p. 182)³⁹.

Para Diegues, a pesca artesanal caracteriza-se por ser uma prática de mão de obra familiar com pequenas embarcações, como canoas rabetas, canoas a remo, sendo praticada nos lagos e rios. Essa prática é a que vem perdurando de geração em geração. A imagem a seguir demonstra o fluxo da pesca do lanço.

FIGURA 4 - Fluxo da pesca do lanço



³⁹ DIEGUES, 2004, p. 182, *op cit.*

A prática produtiva desenvolvida pelos camponeses/ribeirinhos/pescadores está atrelada, em primeiro lugar, ao sustento da família. Sendo que parte do montante produzido, ou seja, o excedente, é comercializado para que se possa garantir a manutenção das necessidades básicas da família. Essa prática produtiva é baseada no “trabalho familiar”, que se trata da principal característica da família camponesa, onde todos os membros trabalham em grupo, visando o sustento da unidade familiar.

Quando os camponeses não têm condições econômicas e financeira para pagar diárias aos trabalhadores, então buscam a “ajuda mútua”, que é a solução encontrada por eles para completar o trabalho que a família não consegue realizar, pois em geral, seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente” (OLIVEIRA 1990)⁴⁰.

O “trabalho acessório” ocorre na época da vazante, no período do defeso⁴¹. Na entressafra do peixe gordo, é quando o camponês vende sua força de trabalho como complemento à renda da família, devido ao nível das águas seca/vazante, onde o camponês/ribeirinho/pescador busca outras atividades como o extrativismo, a criação de animais e a agricultura.

A contratação da “força de trabalho” é outra forma de trabalho entre os camponeses/ribeirinhos/pescadores. A venda da “força de trabalho” é sempre efetuada no período da pesca do lanço e na preparação do mesmo. Quando o camponês não tem equipamentos/utensílios suficientes e/ou não preparou seu próprio lanço, podem ser contratados na forma da diária ou na produção. No caso do pescado, é estipulado um percentual, ou seja, conforme a produção; no caso da agricultura e do extrativismo, é na empreita ou na diária (é a forma mais comum).

A “parceria” ocorre quando ambas as partes não têm condições financeiras. Ao entrar nessa prática, o camponês divide com o seu parceiro a produção do pescado, os custos e os ganhos. A saída para o lucro é aumentar a produção.

⁴⁰OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: Carlos, Ana Fani Alessandri (Org.) Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2002.

⁴¹ É a paralisação temporária da pesca para a preservação das espécies. É garantido por Lei (Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, alterada pela Lei nº 13.134, de 14 de junho de 2015). <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/pesca/periodo-defeso>. Acesso em 02.12.2020.

A organização do lanço ocorre quando o camponês o prepara no seu próprio terreno. Esse camponês se torna, então, o dono de seu próprio lanço, podendo arrendar para outros camponeses. Podendo, assim, entrar no sistema de arrendamento com outros camponeses ou com pescadores comerciais.

O arrendamento do lanço com outros camponeses acontece através do percentual na divisão do pescado que varia entre 30% a 50% do peixe capturado. No arrendamento para o pescador comercial é estipulado um valor em dinheiro. Nesse caso, é mais viável para o dono do lanço, pois não ocorre o risco de obter prejuízo.

2.2 A formação/instalação do lanço na comunidade do Rosarinho/Município de Manacapuru-AM.

A pesca do lanço está vinculada às variações do ambiente (sazonalidade dos rios). Essa atividade ocorre no período de cheia, apresentando maior produtividade para os camponeses/ribeirinhos/pescadores. Todavia, isso reflete na renda e no padrão de consumo alimentar do morador camponês/ribeirinho da comunidade do Rosarinho. Por se tratar de área de terra firme, no período da vazante, a produtividade pesqueira fica escassa quando se trata da pesca do lanço. Quando o rio torna a encher, aumenta a produtividade da pesca, visto que, na terra firme, as práticas econômicas enfrentam a fartura dos períodos de cheia. O lanço é uma técnica de pesca utilizada para capturar os pescados na época da piracema do peixe gordo, são eles: curimatã, Matrinxã e jaraqui, esses são os principais peixes capturados na época entre janeiro e julho.

Para os camponeses/ribeirinhos/pescadores da comunidade do Rosarinho, é importante estabelecer território por meio do trabalho e ocupação nas águas dos rios e lagos de terra firme. Os camponeses/ribeirinhos/pescadores, com conhecimento tradicional e inovador, exercem a territorialidade para garantir o espaço para sua subsistência. Portanto, a utilização de recursos através da pesca é uma forma de garantir receita para o ano inteiro.

Nessa forma de produzir, a renda camponesa não se confunde com a renda capitalista da terra. Diferentemente da primeira, representa um tributo pessoal, tanto do ponto de vista de sua auferição pelo camponês quanto de sua transferência aos setores capitalistas ou à sociedade. É pessoal porque o camponês detém a autonomia sobre o processo produtivo, a qual permite o controle dos resultados do

esforço produtivo, ainda que ao mesmo possa representar trabalho gratuito (PAULINO, 2006 P. 33)⁴².

Para o camponês/ribeirinho/pescador, sua autonomia produtiva na captura do pescado é a principal fonte de renda, que impulsiona a base de sustentação econômica da comunidade do Rosarinho e comunidades ao entorno. Esses camponeses/ribeirinhos/pescadores são os sujeitos ativos do processo de territorialização do espaço na terra, no rio e nos lagos de terra firme, quando se refere a pesca do lanço.

A pesca do lanço nos rios e lagos de terra firme tem contribuído, significativamente, na vida dos camponeses ribeirinhos e está entre as principais fontes de renda, pois os mesmos praticam um conjunto de atividades para a sua sobrevivência tais como: agricultura, extrativismo, criação, caça, artesanato, etc. Todas essas atividades são de extrema importância para o sustento dos comunitários do Rosarinho e sua prática é alternada conforme o ciclo da natureza. O mesmo se refere quanto à captura do pescado. Para Diegues (2004), “a pesca enquanto apropriação material e social de recursos renováveis e móveis coloca problemas relevantes para a análise da relação entre homem e natureza”.

A técnica do lanço é efetuada conforme o período sazonal. Na comunidade do Rosarinho, são praticadas várias técnicas de lanço: lanço no rio e no igapó são praticados na época da cheia. O lanço da piracema do peixe gordo; o lanço da piracema de arribada; lanço de cabeceira. Existe também o lanço do mapará, que ocorre em duas formas: a primeira é o lanço nas cabeceiras, que é realizado no período da vazante, que vai de novembro a janeiro; e a segunda é o lanço executado durante o ano todo, gerando renda para os camponeses. A modalidade do lanço é realizada por espécie de pescado e também obedece ao período sazonal (Quadro 5).

⁴² PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma geografia dos camponeses. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

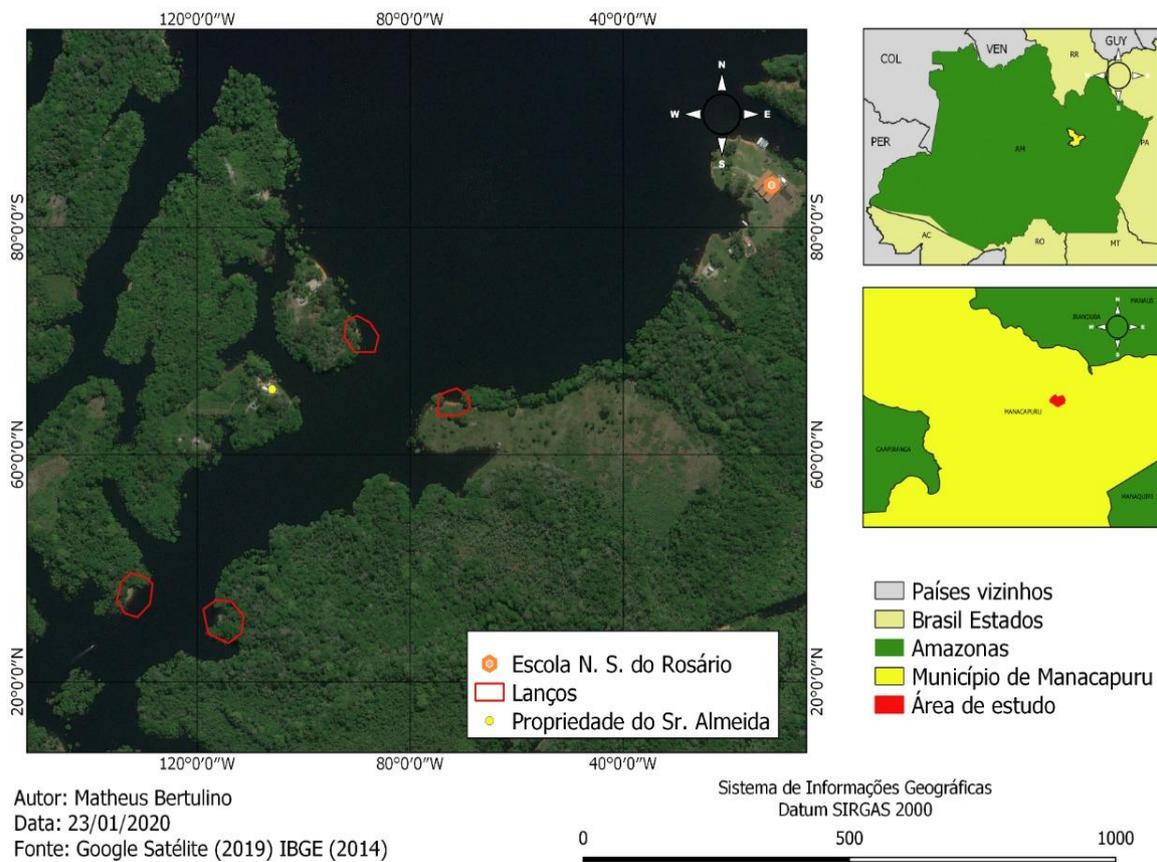
Quadro 05 - Modelo de pesca do lanço

LANÇO	PERÍODO	ESPÉCIE
Piracema gorda	Jan/Jul durante a enchente	Curimatã, Matrinxã, jaraqui
Piracema de arribada	Jul/Ago inicio da vazante	Pacu
Período de ova e desova dos peixes	Setembro/Janeiro	Curimatã, Matrinxã, jaraqui
Lanço de cabeceira	Período da vazante Novembro/janeiro	Acará, tucunaré
Lanço do mapará nas cabeceiras	Vazante Nov/Jan	Mapará
Lanço do mapará no rio Manacapuru	Durante todo o ano	Mapará

Elaboração: Francisca Pereira, 2019.

Conforme o quadro 05, existem vários tipos de lanço, dentre os quais o principal é o da piracema gorda. No período de janeiro a julho, ocorre na época de cheia, quando as espécies capturadas são: curimatã, jaraqui e matrinxã. É importante ressaltar que esse tipo de lanço da piracema gorda, para ser instalado, é preciso realizar a limpeza da área no período da vazante do rio, para que no período em que o rio estiver enchendo, os pescadores armarem o lanço e realizarem a captura do pescado. A figura abaixo (Fig. 5) aponta a localização onde é praticado o lanço de ponta.

FIGURA 05 - Localização do lanço de ponta



Na preparação do lanço, o pescador/ribeirinho/camponês limpa determinada área, retirando troncos, árvores, paus e raízes. Toda impureza que supostamente possa servir de impedimento à execução do lanço é retirada. A figura abaixo retrata o lanço que está em processo de limpeza. Observa-se, na figura 06, que o lanço não está totalmente pronto. Nota-se ainda que existe impureza e isso impede a execução do lanço.

FIGURA 06 - Lanço em preparação

Foto: Francisca Pereira, 2019

Se analisarmos as duas figuras (Fig. 06 e Fig. 07) observaremos que o lanço da figura 07 está totalmente preparado para receber o lanço na época da cheia. Tanto o lanço da imagem 06 como o lanço da imagem 07 são denominados lanços de ponta . O lanço de ponta é realizado especificamente nas pontas de terra, ou seja, na parte da margem que fica mais fora.

FIGURA 07 - Lanço preparado

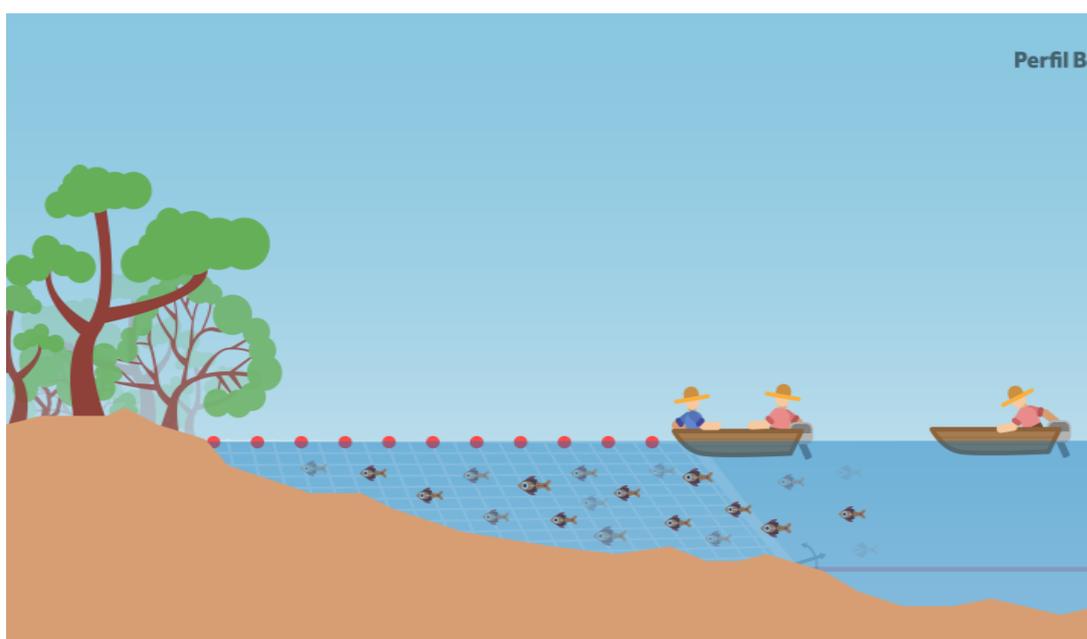
Foto: Francisca Pereira, 2019

Na a preparação do lanço é efetuado todo um processo no qual o camponês/ribeirinho/pescador prepara a área na época da vazante, fazendo a limpeza, tirando os troncos e galhos de árvores, para que não haja enroscamento das malhas da rede de pesca no ato da realização do lanço no fundo do rio ou do lago (Fig. 8).

FIGURA 08 - Limpeza da área para o lanço

Fonte: Desenho de Paulo Victor/2003 adaptado por Eduardo Lopes/2019.

Para a realização dessa técnica de lanço, é necessário acompanhar o tempo ecológico da natureza, que já está marcado na prática do cotidiano desse camponês/pescador/ribeirinho. Essa prática é determinada pelo ciclo das águas dos rios e lagos de terra firme. A figura acima (Fig. 9) retrata que o lanço está sendo efetuado na época das águas altas (cheia) o ciclo da natureza.

FIGURA 09 - Armando a rede para efetuar o lanço

Fonte: Desenho de Paulo Victor/2003 adaptado por Eduardo Lopes/2019

As figuras seguintes (Fig. 10 e Fig. 11) se referem ao momento da realização do lanço, os pescadores/camponeses armam a rede de pesca e ficam na espera para a captura do pescado. Esse lanço é o lanço da captura da piracema do peixe gordo, que ocorre durante a enchente (janeiro/julho).

FIGURA 10 - Iniciando o lanço para o cerco do peixe



Fonte: Desenho de Paulo Victor/2003 adaptado por Eduardo Lopes/2019

Na execução do lanço (Fig. 10), são utilizadas três canoas. Cada uma tem função importante: a canoa 01, que conduz a rede, tem a função de armar a rede para a espera da captura do pescado; a canoa 02 é utilizada para armazenar o peixe capturado e a canoa 03 é essencial, pois é a canoa do comboiador, que tem a função de conduzir o peixe para o cerco, para dentro da rede de captura. A figura a seguir (Fig. 11) mostra a forma pela qual é executado o lanço na comunidade do Rosarinho. O comboiador é o principal condutor da canoa para a captura do pescado.

FIGURA 11 - Comboiador cercando o peixe na rede para o ato da captura



Fonte: Desenho de Paulo Victor/2003 adaptado por Eduardo Lopes/2019.

Cada pescador/camponês/ribeirinho tem o próprio lanço, mas é preferencial que a área seja na parcela de terra do próprio camponês que prepara o seu lanço. “No lanço é só onde está limpo, a gente espera o peixe entrar, aí a gente cerca, mas isso tem um período” (Sr. A. A.V/ 62). Nessa época (cheia), os camponeses/pescadores efetuam o lanço que os chamam de lanço de ponta, específico na captura de sardinha e pescada, além de outros peixes. Outra opção para esses camponeses/ribeirinhos/pescadores é arrendamento do lanço. Cruz explica que:

O que é mais interessante é que no lago de São Lourenço, no baixo rio Manacapuru, os donos do lanço arrendam não somente para outros camponeses ribeirinhos, mas também para os proprietários de barcos de pesca, vindos de Manaus e da cidade de Manacapuru. [...] fica evidente a especificidade da relação de produção que são estabelecidos nesse tipo de pescaria, demonstrando mais uma vez, o caráter contraditório da expansão do capitalismo no campo. O que ocorre na realidade, é que os camponeses-ribeirinhos arrendam os lanços, preparados por eles, juntamente com seus familiares, para os capitalistas, representados pelos proprietários de barcos de pesca, os quais pagam a renda do dinheiro em dinheiro [...]. Isso mostra que

uma renda de terra e da água é extraída do arrendamento essa porção de água apropriada que vai parar nas mãos do dono do lanço [...] (CRUZ, 2007, p. 226/227)⁴³

O arrendamento acontece por vários motivos: quando o camponês perde a época da limpeza da sua área, seja por questões de trabalhos agrícolas, extrativista ou caça, quando chega um pescador que não tem área preparada porque não tem parcela de terra ou os pescadores comerciais que firmam contrato verbal de arrendamento. “O *arrendamento do lanço* é uma base de 30% a 50% que a gente cobra” (Sr. A. A.V/ 62 anos).

Constatou-se ainda a existência de outros lanços, como: piracema de arribada (a espécie capturada é o pacu e ocorre no início da vazante); lanço de cabeceira na época da vazante (espécie capturada tucunaré e acará). Dessa forma, os camponeses/ribeirinhos/pescadores saem para os lagos e rios com o objetivo de controlar e proteger esses os territórios da pesca, planejando a reprodução social da vida camponesa ribeirinha.

2.3 A nova forma de apropriação do lugar na luta pelo processo de territorialidade entre lagos e rios de terra firme.

A territorialidade do lugar não depende somente do espaço aquático a ser explorado, mas também das relações sociais estabelecidas entre os camponeses/ribeirinhos/pescadores e os pescadores de barco. Para os comunitários da comunidade do Rosarinho, no lago de São Lourenço, o rio e o lago apresentam marcas de propriedade, geralmente, quando os camponeses ribeirinhos pescadores limpam o seu próprio lanço. Para esses camponeses, a limpeza do lanço não é somente um espaço físico, mas também o respeito adquirido na transmissão dos saberes.

Quer se trate de relações com os homens, com territórios ou com recursos, há sempre a criação de regras e normas, cuja finalidade é aumentar a eficácia do controle e da gestão dos seres e das coisas. Essa eficácia pode ser um meio de aumentar a autonomia do grupo, mas também pode não passar de um meio de aumentar a autonomia dos subconjuntos desse grupo. A partir daí, há o aparecimento de fenômenos de dominação que são tidos como necessários à sobrevivência do grupo. Na maioria dos casos, não se trata disso,

⁴³ CRUZ, 2007, p. 227

mas de uma forma de neutralizar, por processo metonímico o empreendimento desta ou daquela organização [...]. (RAFFESTAN, 1993, p. 268)⁴⁴.

Os camponeses/ribeirinhos/pescadores da comunidade do Rosarinho reproduzem o seu modo de vida através das relações com os homens e com o território. Reproduzem o seu modo de vida pautado no trabalho familiar, sendo, dentre eles, os principais: a pesca, a agricultura, o extrativismo e o artesanato. Essas atividades são desenvolvidas conforme o ciclo da natureza. A agricultura e a pesca são associadas conforme a sazonalidade, enchente/cheia e vazante/seca dos rios Manacapuru e lago de São Lourenço. O extrativismo acontece de acordo com a safra para a colheita dos produtos disponíveis na floresta, como é o caso do açaí jussara, que é nativo. O artesanato acontece paulatinamente ao longo do ano e é aproveitado o que se pode extrair da floresta.

Rocha (2004) apud Martinot (2013, p.55)⁴⁵ enfatizam que a densidade, estrutura, dinâmica e a estabilidade populacional desta espécie, o açaí, em florestas de terra firme, com o objetivo de avaliar o potencial ecológico de manejo, revela que, de modo geral, *Euterpe precatória* possui características ecológicas favoráveis ao seu manejo sustentável, tais como alta densidade, frequência, regeneração abundante e grande produção de frutos. Um maior potencial de manejo apresentou-se na floresta de várzea alta e baixa, comparado ao da terra firme.

Na ótica de Bentes-Gama (2005) apud Martinot (2014, p.57)⁴⁶, o açaí é uma fonte alternativa de alimento relevante, inclusive, há famílias que o consomem diariamente no período da safra. A diversificação extrativista de culturas e a criação de pequenos animais são fundamentais para garantir maior qualidade à alimentação da população e variar o leque de produção de excedente para venda. Sistemas agroflorestais e permacultura podem ser importantes para incrementar as roças, e o açaí-da-mata é muito indicado como auxiliar nessa diversificação e na recuperação de áreas degradadas.

⁴⁴ RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

⁴⁵ Martinot, Jan Feldmann. Manejo agro-estrativista do açaí-da-mata na Amazônia Central. 2013. 120 p. (Dissertação mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas 2014.

⁴⁶ Martinot, 2014, ibidem, p.57

Os camponeses/ribeirinhos/pescadores e famílias sabem o quanto o açaí representa em seu cotidiano, sabem também que o açaí beneficiado (polpa) tem grande procura no mercado nacional e internacional, porém há uma ruptura quanto à questão do beneficiamento e da logística. Em relação ao beneficiamento (no caso da polpa), a comunidade não tem apoio político para que o açaí beneficiado chegue até o mercado nacional e internacional. Com a prática agroextrativista do açaí da mata, os agroextrativistas (camponeses/ribeirinhos/pescadores) envolvem suas famílias na época da safra, tanto na colheita, quanto no transporte e no beneficiamento (polpa). No caso da colheita, os homens escalam a palmeira usando uma peconha⁴⁷, e não é qualquer pessoa que faz esse tipo de serviço.

As mulheres e crianças ajudam na debulha do fruto e os colocam dentro de um pano. Já na hora de fazer o vinho, o trabalho recai sobre as mulheres, o vinho é feito através de processo artesanal. Após limpeza dos frutos, coloca-os de molho em água bem morna, quase quente, quando os frutos estão amolecidos são colocados em um recipiente, que é chamado de tacho, parecido com uma bacia. Em seguida, o fruto é amassado e peneirado para se transformado em vinho. O açaizeiro, além de ser uma palmeira nativa da floresta, também é cultivado nos sítios em volta das residências dos camponeses/ribeirinhos/pescadores (Fig. 12).

FIGURA 12 - O cultivo do açaí em sítios na comunidade do Rosarinho



Foto: Francisca Pereira 2020

⁴⁷ É um utensílio rudimentar amazônico similar a um cinto, utilizado na escalada de árvores comumente fabricado a partir de fibras de Ubuçu (tururi), Ripeira ou Matamatá.

Para o fruto do açazeiro ser vendido, é mandado pelo barco que faz linha para a sede do município de Manacapuru-AM, onde já há pessoas certas para receber o produto. A outra forma de escoar o açaí é a venda para os atravessadores, e nesse caso os camponeses se encarregam de ensacar os frutos depois de debulhados. O saco usado para transportar os frutos é fibra com a capacidade de 50 kg por saco.

A melhor forma para coletar o açaí em época de safra é no período da cheia, pois facilita o transporte do produto pelo igapó, evita ser transportado nas costas por longas trilhas. No centro da floresta, há grande concentração de palmeiras de açaí, porém é mais difícil o escoamento, a distância é longa para o transporte do produto, que muitas vezes é transportado em paneiros ou em sacos. Dessa forma:

É considerada área de açazal nativo a floresta em que a densidade é superior a 23 indivíduos de açaí adultos / ha. Há adensamentos próximos às margens dos rios e igarapés onde a insolação é maior e a propagação por ação antrópica (transporte da coleta e perda de frutos no caminho da mata até a beira) fizeram aumentar muito o número de indivíduos por há (MARTINOT, 2013, p.75)⁴⁸.

No lago de São Lourenço, na comunidade do Rosarinho, o açaí não é a primeira opção, como já foi demonstrado anteriormente, mas, para esses comunitários, a primeira opção é a pesca do lanço. Assim como o açaí, existem também outras atividades que contribuem para a sobrevivência e economia dos camponeses/ribeirinhos/pecadores e suas famílias. Cruz explica que:

A partir da década de 1980 com o aumento da demanda do fruto do açaí em nível regional e nacional, houve um crescimento significativo de camponeses-ribeirinhos que passaram a se dedicar a essa atividade extrativa. Ao mesmo tempo houve um aumento dos compradores desse produto na várzea de Manacapuru denominados localmente de “atravessadores” vale ressaltar que estes são camponeses-ribeirinhos, moradores da própria comunidade/localidade que se tornaram além de produtores compradores de açaí. Esses atravessadores começaram a fornecer sacas de 50k e outras vantagens para que determinados números de apanhadores retirassem o açaí e vendessem para eles, constituindo portanto, as turmas de apanhadores de açaí. Com o aumento dessa cultura na várzea e terra firme do Município de Manacapuru, muitos apanhadores, incentivados de certa forma pelos atravessadores,

⁴⁸ Martinot, Jan Feldmann, 2013, p. 75 *op cit.*

começaram a invadir as territorialidades extrativas, retirando açaí dessas áreas reivindicadas (CRUZ, 2007 p. 238)⁴⁹.

Os açazais são encontrados às margens dos rios e lagos de terra firme, e também nas cabeceiras. Boa parte desses açazais são encontrados no centro da mata. Na época da safra, as famílias também coletam o açaí na mata porque o rio está cheio e é possível chegar de canoa às proximidades do local. O retorno é facilitado, pois não é necessário carregar sacas pesadas nas costas por longas trilhas. O caminho é menor, pois as águas estão altas/cheias e o caminho a ser percorrido é bem menor e mais cômodo.

O fruto do açaí é arredondado e roxo, quase preto, lembrando uma jabuticaba pequena. É crescente o interesse comercial no açaí desta espécie, principalmente, para o mercado externo, devido a certas propriedades físico-químicas. No Amazonas, o açaí é uma fonte alternativa de alimento relevante, inclusive há famílias que o consomem diariamente, no período da safra. A diversificação extrativista de culturas e a criação de pequenos animais é fundamental para garantir maior qualidade à alimentação da população e variar o leque de produção de excedente para venda (MARTINOT, 2013). Há um equilíbrio na economia do camponês/ribeirinho/pescador com a diversificação da pesca do lanço, da produção de fanha e na extração do açaí.

Os camponeses/ribeirinhos/pescadores são possuidores de conhecimentos tradicionais e inovadores, exercem territorialidades para garantir seu espaço de produção na agricultura com a produção da farinha de mandioca, na floresta com a extração do açaí e, nas águas dos rios e lagos de terra firme, com a pesca do lanço. O aproveitamento desses recursos é uma forma de garantir renda o ano todo. O lanço é uma técnica de pesca que vai de um período do ano (período da seca) para outro (período da cheia). Como já foi dito aqui, o lanço é uma técnica que começou aqui na Amazônia a partir do século XX, segundo Cruz (2007, p.210):

A técnica de pesca do lanço de apropriação de uso individual/familiar foi introduzida pelos proprietários de barco de pesca, proveniente da cidade de Manaus, no início da década de 60 séc. XX. Esse período coincide com o crescimento da demanda por pescado para a capital

⁴⁹ CRUZ, 2007 p. 238, *op cit*

de estado do Amazonas, a cidade de Manaus, pois a cidade de Manacapuru não recebia barco de pesca⁵⁰.

Na Amazônia a técnica do lanço começou em Manaus e logo se espalhou por toda a região Amazônica, inclusive no lago de São Lourenço. Assim o autor retrata a gênese do lanço no lago de São Lourenço:

O primeiro lanço preparado e executado no lago de São Lourenço baixo rio Manacapuru foi denominado de “quebra mão” e está localizado atualmente na propriedade do Sr. Gonçalo. O dono desse lanço, não da terra, ou seja, da propriedade, era um proprietário de barco de pesca da cidade de Manaus, senhor Toinho Palmeira. Este juntamente com sua tripulação preparava a terra na vazante/seca para a atividade da pesca durante a enchente/cheia. Em seguida entraram outros proprietários de barco de pesca, todos de Manaus, com o objetivo de executar a pesca do lanço no período das águas altas. Os camponeses ribeirinhos que já habitavam no lago de São Lourenço, baixo rio Manacapuru, nesse momento, não executavam ainda a pesca do lanço (CRUZ, 2007, p. 210)⁵¹.

Esta reflexão permite afirmar exatamente a trajetória que marca o início da técnica do lanço onde se tornou comum para os camponeses/ribeirinhos/pescadores do lago de São Lourenço, que sobrevivem buscando o pão de cada dia para a sobrevivência de suas famílias e cada vez mais se aprofundam nessa técnica. Essa trajetória da pesca do lanço não foi tão fácil, houve todo um processo de expulsão por parte dos camponeses ribeirinhos para com os proprietários de barcos.

Alguns proprietários de barcos de pesca adquiriram propriedade e realizavam esse tipo de pescaria na frente das mesmas. Outros, porém instalavam os lanços na frente da propriedade dos camponeses/ribeirinhos e se apropriavam de porções das águas e terras destes. Executavam a pesca de lanço, e que é mais sintomático, não deixavam nada em troca para os moradores, todo pescado capturado era direcionado para o comércio de Manaus (CRUZ, 2007 p. 211)⁵².

Dos proprietários que adquiriram propriedades na época do início da instalação do lanço, um deles ainda reside até hoje, o senhor Gonçalo. Outros se instalaram e construíram suas famílias, deixando um legado de experiências para seus descendentes. Como no caso do seu Gonçalo – os seus filhos ainda vivem de pesca - que na época doou parte de sua propriedade para a construção da primeira

⁵⁰ CRUZ, 2007 p. 238, *ibdem*

⁵¹ CRUZ, 2007, p. 210 *op cit*

⁵² *Ibidem*, 2007, p. 211

escola, a qual foi construída pelos comunitários através de mutirão, com o apoio da prefeitura do Município de Manacapuru-AM. Foi inaugurada com o nome de Escola Municipal Vereador Francisco Maia e atendia alunos de 5ª a 8ª séries. A Escola era constituída por 06 cabanas cobertas de palhas, cada cabana representando uma sala de aula (Fig. 13).

FIGURA 13 - Escola Municipal vereador Francisco Maia



Foto: Paulo Vitor (2003).

A comunidade localizada no Rio Manacapuru abriga também a Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário, atualmente com um quantitativo de 310 alunos, de 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental, e Ensino Médio. São 11 professores, 01 auxiliar administrativo, 02 auxiliares de serviços gerais e 01 vigia. Foi a primeira escola da comunidade Nossa Senhora do Rosário, construída em regime de mutirão com 06 cabanas de palha, que atendia 250 alunos de 5ª a 8ª série. Foi inaugurada com o nome de Escola Municipal Vereador Francisco Maia II e funcionava como centro social da comunidade. A Escola começou a funcionar a partir da criação do Decreto no ano de 2008.

Na época, os comunitários camponeses/ribeirinhos/pescadores se reuniram e procuraram o prefeito Washigton Régis da Silva (em memória), que se sensibilizou

com o problema da escola, a qual era chamada de tapiri. O prefeito procurou o governador Eduardo Braga. Foi quando deram início ao processo de construção da escola, que deixou de pertencer ao município, passando a ser de responsabilidade do Estado.

A escola estadual Nossa senhora do Rosário (Fig. 14) atualmente atende nove comunidades da área do rio Manacapuru, dentre essas incluindo alunos indígenas. Atua com o ensino fundamental mediado por tecnologias de 6º ao 9º ano e ensino médio 100% presencial.

FIGURA 14 - Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário – Comunidade do Rosarinho



Foto: Francisca Pereira2020

A escola estadual Nossa Senhora do Rosário é de grande importância para as comunidades do rio Manacapuru. Dentre as doze comunidades que a escola atende na calha do rio Manacapuru, à margem esquerda temos as comunidades: do Espírito Santo, Santo Antônio, Ramal do Japonês, Patoá – comunidade indígena, Ubim, Macuaçu, Macumirim, Laguinho. Na calha do lado direito, na costa do Lago Manacapuru, temos as comunidades da Cajazeira, Jaiteua de cima, Jaiteua de baixo e a comunidade do Rosarinho, que é onde se tem o maior número de alunos. Segundo a gestora da escola professora J.Q. 49 anos:

A nossa escola também tem vários projetos dentre eles o mais importante o que fez sucesso até fora do estado foi o projeto Piracema Literária que é de autoria minha como gestora. Esse projeto surgiu devido a necessidade de ocupar o tempo que o aluno leva nas embarcações de transporte escolar. Alguns alunos

demoram em torno de 2 a 4 horas para chegar ao destino escolar. Então surgiu a necessidade de ocuparmos o aluno durante esse período de tempo de viagem para que favorecesse através da leitura dentro dos barcos uma aprendizagem mais significativa e que esse aluno ocupasse mais o seu tempo com coisas que fosse beneficiar futuramente sua aprendizagem que é o projeto “Piracema literária biblioteca no meu rio” (2019)⁵³.

A comunidade do Rosarinho está interligada às outras onze comunidades, tanto através do contexto educacional como na relação de pesca para a subsistência, pelo fato de ser um sistema de bacias interligadas por uma realidade específica, que é a da prática da pesca do lanço.

Essa prática foi se construindo a partir do início, quando se instalou os primeiros lanços da construção, até o desenvolvimento da escola Nossa Senhora do Rosário. Os alunos que viajam de barco durante as quatro horas para chegar até a escola são os filhos dos camponeses/ribeirinhos/pescadores, que futuramente adotarão as práticas de pesca que são repassadas de geração em geração, mantendo a cultura tradicional e adaptando as tecnologias.

A área da comunidade é considerada alta, de terra firme e com um acesso fácil através de barco, e ainda com uma passagem por terra para áreas como o Jaiteua, facilitando assim a vida dos moradores que precisam ter acesso ao comércio e a outros serviços, como postos de saúde.

⁵³ Joristelma de Souza Queiroz. Professora-Gestora da Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário.

CAPÍTULO 3 – A REDE DE COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO: CAMPONESES, PESCADORES COMERCIAIS E PESCADORES ARTESANAIS.

Neste capítulo será abordada a rotina de comercialização, o destino do pescado, o monopólio de integração dos camponeses e as formas de envolvimento dos agentes, como a colônia dos pescadores, pescador comercial, dentre outros envolvidos na cadeia produtiva do pescado.

3.1 A rede de comercialização do pescado e os agentes sociais envolvidos

Boa parte do comércio do pescado gira em torno da economia local, no entanto, uma parte é distribuída na sede do município de Manacapuru, entre as feiras e o mercado municipal, além de outros Estados do país – como é o caso do mapará. Essa distribuição se dá através da venda pelos pescadores comerciais, que são também atravessadores. Assim, a pesca traz uma nova realidade para a introdução do capital no setor da pesca do lanço na comunidade do Rosarinho – lago de São Lourenço.

A introdução capitalista na pesca acabou marcando a existência de dois modos de produção e reprodução social, não necessariamente excludentes: a pesca capitalista industrial e a pequena produção mercantil. Esses dois modos de produção passaram a se articular, frequentemente, de forma contraditória, mas sob a dominância da pesca empresarial capitalista [...] Diegues, (1983).

De acordo com a descrição feita por Silva (2000) *apud* Witkoski, a Amazônia sempre esteve na lembrança dos atores sociais, sejam estes representados pelas forças de processos de mudanças ou por indivíduos privilegiados; além disso, o fato da região continuar a despertar preocupação quanto ao seu desenvolvimento deve-se mais à intensidade dos impactos de suas formas de ocupação, do que ao esquecimento propriamente dito.

A Amazônia pode ser vista como uma formação econômico-social produzida, desde a sua origem, pela dinâmica do capitalismo e, portanto, sujeita aos processos de expansão e crise do capital. Cruz (2007, p. 03) explica que:

O capital contraditoriamente monopoliza o território sem, contudo, territorializar-se. Isto significa que o capitalismo se expande de forma contraditória, ou seja, não expropria os camponeses, porém, os transforma e efetua a metamorfose da renda da terra em capital⁵⁴.

Paulino (2006) explica que a constatação de que o capital, em vez de se territorializar, monopoliza o território, pressupõe uma ruptura com o entendimento de que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas culminaria na bipolarização entre capital e trabalho [...]. Da mesma forma acontece entre camponeses/pescadores/ribeirinhos nos rios e lagos de terra firme, “o processo de monopolização pelo capital monopolista com o objetivo [...]e com a lógica de produzir o pescado para os capitalistas”. (CRUZ, 2007).

Diegues (1983, p.27) explica que, se, do lado do capital, há uma grande concentração dos meios de produção, do lado da força de trabalho, os pescadores provem das áreas urbanas, construindo um mercado de trabalho cujas características são a instabilidade do emprego e a superexploração⁵⁵. Para Raposo:

A pesca e os ambientes destinados à captura do pescado são entendidos não só como fonte de simbolização e significação de vida, suporte e potencial da riqueza material e espiritual dos grupos sociais locais, mas também por se converterem em fontes de matéria-prima valorizadas pelo mercado que, por sua vez, reproduz a inserção do modo de produção capitalista na Amazônia através da acumulação do capital em escala local, regional, nacional e mundial de forma desigual e combinada (RAPOSO, 2007, p. 20)⁵⁶.

A ordenação capitalista que rege a sociedade dominante converte quantitativamente o tempo em valor reduzido a dinheiro. O capital passa a pressionar por dentro a atividade pesqueira, alongando o tempo de permanência no mar e regulando o ritmo da produção. De acordo com o valor da mercadoria, estipulado no bojo das relações mais amplas da sociedade, é que o pescador reproduz sua existência básica: seu tempo de trabalho só se realiza socialmente no mercado (DIEGUES, 1983). Costa assegura que:

⁵⁴ CRUZ 2007, p. 03 *op cit*

⁵⁵ DIEGUES 1983, p.27 *op cit*

⁵⁶ RAPOZO, Pedro Henrique Coelho. Territórios sociais da pesca no Rio Solimões: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso. 2010- Manaus, AM: UFAM, 272 f. 30 cm. Dissertação de mestrado em sociologia pela Universidade Federal do Amazonas 2010).

Sem dúvida, a imposição do capital força os camponeses a uma nova organização da unidade de produção familiar, pois cabe a eles se adequarem as exigências externas, algo necessário para sua reprodução. Nesse quesito, os camponeses da Amazônia são exemplos de adaptação, no qual se pode usar como exemplo no médio rio Amazonas a cultura da juta, que por muito tempo foi o principal produto da atividade camponesa nessa região, e, que, a partir do seu declínio, foi necessária uma nova adaptação por parte desses sujeitos sociais, que passaram a investir numa combinação de atividades, que inclui a atividade pecuária, pesqueira e a diversidade na atividade agrícola, algo que lhes assegurou com sucesso a reprodução social e econômica (COSTA 2017, p. 102)⁵⁷.

Na prática do comércio da pesca, quando o tempo de trabalho visa a pesca comercial, o trabalho é mais intenso. Ao contrário da pesca de subsistência, em que é organizada por turnos – manhã, tarde e noite –, o camponês/ribeirinho/pescador não hesita em pernoitar no seu ambiente de trabalho, enfrentando as dificuldades e perigos dos lagos rios e igapós.

Nesse processo, as condições para a captura do pescado são mais favoráveis no período noturno. As condições dos sistemas ecológicos são determinantes no comportamento das espécies, pois a facilidade de captura das espécies envolve todo um sistema do ciclo da natureza que dependerão das condições favoráveis ao abrigo e alimentação dos peixes. Na prática comercial os lanços são trabalhados em uma sequência direta com o uso dos apetrechos de pesca que vem do tradicional ao moderno (Fig. 15).

⁵⁷ COSTA, Luís Fernando Belém da. Cultivadores de guaraná: um estudo do processo de monopolização do território pelo capital no município de Maués-AM. 111 p. (Dissertação de Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas. 2017.

FIGURA 15 - Pescadores no Lago de São Lourenço organizando a rede de pesca



Foto: Francisca Pereira, 2019

A figura acima retrata a intensidade do trabalho do camponês/ribeirinho/pescador, que não tem descanso quando exerce essa atividade de pesca. Não importa se é dia ou noite, para esses pescadores o mais importante é estar no local exato na hora em que o cardume de pescado esteja passando. Essa atividade ocorre conforme a época do ano, quem determina o tipo de peixe para captura é o ciclo da natureza, enchente e vazante, subida e descida do rio.

Em outro momento, como apresentado na imagem 16, os camponeses/ribeirinhos/pescadores fazem a “tocaia”⁵⁸ do cardume de peixes, quando ficam aguardando o sinal de outra equipe de pescadores que estão mais acima do rio, como uma espécie de vigia observando a descida do cardume.

⁵⁸ Ação de alguém ocultar-se para atacar outrem ou para caçar.
<https://www.google.com/search?q=tocaia&oq=tocaia&aqs=chrome.0.0j46j0l3j46j0l2.2546j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

FIGURA 16 - Pescadores na “tocaia” aguardando o cardume de peixes



Foto: Francisca Pereira, 2020

A figura acima (Fig. 16) retrata que nem toda hora os peixes estão disponíveis para a captura, quando se trata da técnica da pesca do lanço. Para que essa técnica seja bem sucedida, os pescadores trabalham em três equipes e mais outra equipe que se posiciona mais acima do lanço – uns 100 metros - na “tocaia” para, quando o cardume de peixe vier descendo, os pescadores de tocaia avisem a outra equipe para preparar a rede de lanço.

Segundo conversa com os pescadores, os locais de pesca restritos da comunidade são destinados para o uso exclusivo dos camponeses/ribeirinhos/pescadores e suas famílias, salvo com autorização verbal dos donos de lanços. Os ambientes externos à localidade são utilizados conforme determinadas regras e acordos informais de uso comum dos rios, porém existem pescadores que não são comunitários e não cumprem as regras.

A angústia dos comunitários é com relação a questão da sobrepesca,⁵⁹ pois para esses pescadores futuramente algumas espécies poderão entrar em escassez. Brito (2010 p. 73) destaca que a territorialidade e os acordos informais operam para garantir a prevenção e a manutenção dos recursos aquáticos a médio e a longo prazo, face a situações de escassez naturais ou escassez produzidas socialmente pela pesca predatória.

A natureza detém o domínio sobre a terra, rios e lagos, determinando o tempo de movimentação e desova dos peixes. Os pescadores sabem exatamente identificar essas fases que a natureza lhes oferece. É um conhecimento que é ensinado de pai para filho.

A piracema vai do mês de janeiro a julho quando o rio vem enchendo. A piracema é uma fase que baixa todas as qualidades de peixes em cardume, vem saindo dos lagos e descendo do Solimões. Aí os peixes começam a sair e quando tem a alagação que não seca muito, eles saem, mas quando seca muito num dá pra sair não. Depois deles saírem do Solimões, muitos deles sobem os afluentes, vão enfrentando as cabeceiras, as corredeiras, vão subindo pros outros lagos que ainda tem acesso, vão subindo o rio e muitos deles que sobem pro Solimões e retorna. Retorna pra desovar na água nova que entra nos pastos, retorna pra desovar no Solimões e depois um bocado deles volta pro seu lugar. Teve um ano que deu uma piracema muito grande de peixes, saiu muito peixe, foram todas as qualidades de peixes na piracema. Deu mais foi o pacu, a sardinha, a branquinha, o jaraqui, a pescada (Senhor A. A. V/ 62anos).

No período da vazante – águas baixas – é a época em que os pescadores comerciais da comunidade aproveitam para lançar cardumes que migram de outros lugares. Por existir portarias do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA – e por ser a época do defeso, os camponeses/ribeirinhos/pescadores buscam capturar as espécies que não estão dentro das normas previstas na Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003 e pela colônia dos pescadores da sede do município de Manacapuru.

O período da seca – águas baixas – apresenta algumas mudanças temporárias na vida dos camponeses/ribeirinhos/pescadores. No caso da pesca do lanço, que é realizada no período da enchente, esses camponeses migram para

⁵⁹ Pesca predatória ou sobrepesca, em ciências pesqueiras, pode ser entendida como uma atividade pesqueira executada de forma desenfreada, ou seja, é a pesca excessiva e insustentável praticada pela ação humana (BRASIL, 2003).

outras atividades como: extrativismo (colheita do açaí da mata), produção de farinha de mandioca.

Como já foi discutido, durante o percurso desta escrita, a pesca do lanço ocorre em um determinado período do ano, nessa época os camponeses/ribeirinhos/pescadores vão para o rio buscar o sustento e, com o excedente, compram o necessário para a sobrevivência Cruz argumenta que:

[...] é necessário esperar a próxima enchente/cheia para que a água possa nas palavras dos moradores “ajudar a preparar a terra”. Na sequência quando ocorre o recuo das águas, os caboclos-ribeirinhos terminam de preparar a terra para a prática pesqueira. Portanto somente no segundo ano, que corresponde a segunda enchente/cheia, é que os caboclos-ribeirinhos irão praticar a pesca do lanço. Assim, podem se considerar essas áreas apropriadas como águas de trabalho, pois o uso dessa territorialidade de pesca apropriada, assim como o uso da terra de trabalho, garante a reprodução da família camponesa dos lagos de terra firme na Amazônia, uma vez que é desse espaço aquático que o camponês-ribeirinho retira o peixe para a sua alimentação, bem como comercializa o excedente da produção. Além do mais, isso é importante, com essa prática costumeira não se produz uma pesca predatória, garantindo, por sua vez, a sustentabilidade desse ambiente (CRUZ, 2007, p. 281)⁶⁰.

Cruz destaca a importância de não se praticar a pesca predatória e manter a sustentabilidade, para isso, esses camponeses/ribeirinhos/pescadores buscam praticar três momentos importantes no ciclo produtivo para a sobrevivência do dia a dia.

O primeiro momento para o camponês é a atividade da pesca do lanço (Fig. 17), esse é o momento principal onde o camponês realiza sua atividade de pesca conhecida como a pesca do lanço, que é o que vem sendo discutido. Essa modalidade acontece em um período do ano. O período em que o camponês/pescador/ribeirinho busca suprir suas necessidades básicas na compra de suprimentos que não são produzidos na comunidade.

⁶⁰CRUZ, 2007, p. 281 *op cit*

FIGURA 17 - Ribeirinho/pescador praticando atividade da pesca do lanço.



Arte: Eduardo Lopes 2020.

O objetivo principal do camponês/ribeirinho é a exploração dos recursos naturais através do trabalho, quando esse camponês exerce sua territorialidade através do lanço Abreu narra que:

É no lanço que o pescador desenvolve sua atividade extrativista pesqueira, com trabalho intenso nas águas. Esses espaços aquáticos territorializados pelos pescadores são muitas vezes objeto de conflitos por parte de pescadores externos à comunidade, pois, para se ter acesso a esses espaços de pesca, faz-se necessário ser membro da família ou estabelecer uma relação de extrema amizade e consideração com os pescadores (ABREU, 2011 p.61)⁶¹.

Em certo sentido, esses espaços territorializados são áreas onde pescadores desenvolvem economicamente recursos naturais para geração de renda e apoio da família através da pesca.

O segundo momento é o cultivo da mandioca (*Manihot esculenta*) para a produção de farinha, alimento típico da região amazônica, que faz parte da alimentação do camponês/ribeirinho/pescador. Esse tipo de agricultura é praticado durante todo o ano, mas certos intervalos devem ser seguidos, incluindo: preparo do

⁶¹ ABREU, Georgete Cabral de. Território da pesca: uso do espaço aquático no baixo rio Solimões - município de Manacapuru - AM. 105 p. (Dissertação de Mestre em Geografia. Universidade Federal do Amazonas) - Manaus, AM: UFAM, 2011.

solo, cultivo e colheita. De acordo com o interesse e disponibilidade dos pescadores, esta atividade pode ser realizada de outra forma além da pesca, Brito (2010, p. 94) diz que:

A época de plantio das culturas agrícolas é variável por ambiente e pelo tipo de cultura. Em geral, o plantio é feito manualmente pela unidade de trabalho familiar e com a utilização de instrumentos de trabalho simples como o machado, o terçado e a enxada. Nos ambientes de terra firme, diversas culturas são plantadas no segundo semestre do ano, final da época seca e início das chuvas. Os processos de trabalho nas roças, segundo os pescadores de subsistência se dão da seguinte forma: derruba da capoeira, queima seguida de encoivramento e requeima, plantio e colheita.⁶².

No campo, cultivam principalmente mandioca, depois milho, banana e abacaxi. São safras para consumo e comercialização. Eles preparam farinha de mandioca e o pé de moleque, que são considerados os principais produtos para o complemento da alimentação familiar local. A farinha (Fig. 18) é importante para o consumo tanto do peixe como do açaí.

FIGURA 18 - O camponês na produção de farinha



Arte: Eduardo Lopes, 2020.

⁶² BRITO, Marco Antonio de Souza. Ambientes, práticas de pesca e territorialidade no uso do Lago Grande de Manacapuru (AM). 179 p. (Dissertação de Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Amazonas, 2010.

A comunidade se envolve em atividades com vários propósitos. Ao longo do ciclo, existem práticas agrícolas durante todo o ano: preparo do solo, cultivo e colheita. Como o local das práticas agrícolas está localizada em terreno elevado, fica longe da possibilidade de enchentes (Fig. 19).

FIGURA 19 - Plantação de mandioca para a produção da farinha



Foto: Francisca Pereira, 2020.

O plantio ocorre a qualquer época do ano, no caso da terra firme. Se, por exemplo, o plantio for executado entre agosto e setembro, a colheita começaria a partir de julho/agosto do ano seguinte. Isso depende muito do tipo de solo. Os moradores adotam estratégias preventivas para amenizar uma possível escassez. Isso porque, no preparo da farinha, armazenam parte do produto em um tanque ou tambor (camburão) para troca ou venda para obtenção de alimentos não perecíveis (açúcar, óleo, sal...).

O processamento da farinha de mandioca assume diferentes formas, desde as mais simples, com tecnologia rudimentar e trabalho manual, como nas casas de farinha mais modernas, em fábricas equipadas com tecnologia avançada, cuja produção abastece o mercado Nacional e internacional.

Além da pesca, da agricultura e do extrativismo, no que diz respeito ao consumo familiar, os camponeses criam principalmente galinhas, patos e picotes. Alguns camponeses também relataram praticar a caça, com destaque para a captura de tatus, pacas e cutias. Geralmente, a caça é praticada apenas para

consumo familiar. É importante destacar a esse respeito que a produção de farinha de mandioca é a principal atividade agrícola junto com a extração do açaí, talvez ainda mais importante no sentido de renda familiar, já que os camponeses recorrem à produção de farinha de mandioca durante a maior parte do ano, principalmente no período paralelo à atividade da pesca do lanço.

O cultivo da mandioca é de grande necessidade para os camponeses da comunidade do Rosarinho e do município de Manacapuru, pois garante boa parte da renda familiar e da alimentação. Consumo da farinha de mandioca é uma cultura tradicional herdada dos indígenas. Além de consumir a farinha de mandioca, ainda extraem a goma que tem várias utilidades, como a produção da farinha de tapioca e o biju⁶³, na alimentação dos camponeses.

FIGURA 20 - Casa de farinha construída pelos camponeses/ribeirinhos



Foto: Francisca Pereira, 2020.

Nas casas de farinha (Fig. 20), a produção é feita manualmente, com mão de obra da família ou com a participação de membros da comunidade. No entanto, alguns produtores também utilizam mão de obra na base de troca de diárias, parceria, ajuda mútua ou contratação assalariada de forma temporária, o que implica

63 Significado de Bijú. substantivo masculino [Brasil] Bolo de tapioca ou mandioca. Variação de beiju. <https://www.google.com/search?q=biju+significado&oq=biju+significado&aqs=chrome..69i57j0i22i30l6j0i10i22i30j0i22i30.22079j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 01.07.2021

trabalho diferenciado dentro de uma mesma unidade de produção Witkoski (2007, p. 212) assegura que:

Apesar do progresso tecnológico, os processos de produção na fabricação da farinha pelos camponeses amazônicos são fundamentalmente os mesmos utilizados pelos seus ancestrais diretos – os ameríndios. A única inovação verificada, além do forno que não é de argila, mas de chapa de ferro, é o emprego de motores a explosão (motores a gasolina) e/ou motores a diesel[...]. A pouca presença de motores na unidade de produção familiar, para fabricação da farinha parece dar-se em função de os camponeses possuírem a prática de fazer a farinha de maneira comunal, as farinhadas, utilizando-se, nessa forma de trabalho, do motor de maneira coletiva – o que sempre otimiza o tempo de trabalho, na sua fabricação, e reforça os laços de solidariedade entre eles. Diante dos contratempos impostos pela “tirania” da natureza – tirania que, ao mesmo tempo, colabora e estorva a sociabilidade da vida camponesa –, os camponeses recorrem a práticas relacionais de trabalho tradicional (ajuda mútua dos tipos parceria ou mutirão), ou, no limite, diante do baixo grau de solidariedade presente na comunidade, à experiência de contratar trabalhadores assalariados de forma temporária⁶⁴.

O processo da produção de farinha é diferenciado por etapas. Após o plantio, vem a colheita a partir da idade madura. A mandioca é arrancada, lavada, uma parte é raspada (para tirar a casca) e cevada em motores, outra parte da raiz é colocada de molho por três dias. Após esse período mistura-se as duas massas para poder preparar o processo de torrefação da farinha.

A farinha de mandioca (*jatropha maniot*) é uma das principais fontes de energia para os camponeses/ribeirinhos/pescadores da comunidade do Rosarinho. É impossível sentar à mesa de uma residência na comunidade do Rosarinho e não ter farinha de mandioca para comer junto com peixe assado, cozido, frito ou com açaí. No processo de preparo da farinha, a torrefação é uma das etapas mais importantes, visto que se não for retirada a umidade da farinha, ela perde a qualidade e logo vai mofar. Assim, após a retirada da massa da prensagem, a farinha deve ir para o forno, para secar e retirar o restante da umidade, deixando-a pronta para ser estocada por vários meses.

Há várias formas de torrefação da farinha, contudo o mais tradicional é um forno de ferro instalado em uma parede de barro, construído pelos próprios

⁶⁴WITKOSKI, Antonio Carlos. 2007, p. 212 *op cit*

camponeses onde se utiliza a lenha seca para a produção do calor através do fogo. Não é tão simples a torrefação da farinha. Na maioria das famílias, há pessoas que têm mais habilidades para essa atividade, em função da experiência na produção. Torrar a farinha não é muito difícil, todavia é preciso saber mexer a palheta ou o remo. A ciência da torrefação é o ponto da retirada da farinha sem deixá-la queimar. Se não souber mexer, pode deixar a farinha embolar, perdendo a qualidade.

Antes da torrefação, a massa é preparada em duas etapas diferentes, passando pelo processo de prensagem (Fig. 21).

FIGURA 21 - Prensa essencial na produção da farinha de mandioca



Foto: Francisca Pereira, 2019.

Na prensa, a massa é prensada e totalmente escorrida para eliminar o excesso de líquido. Esse líquido é o tucupi – que também serve para fazer deliciosos pratos - e depois é colocada no forno para o processo de torrefação.

O terceiro momento é o do extrativismo vegetal. Na comunidade do Rosarinho, o açai (Fig. 22) é a principal fonte extração. Também ocorre a coleta de outros frutos nativos. O cupuaçu e a castanha, por exemplo, ocorrem em determinados períodos do ano. Algumas quantidades são destinadas ao consumo e outras, imediatamente, destinadas à comercialização. A renda obtida com a venda dos produtos é para o provimento de outros produtos geralmente não produzidos na localidade, tais como, açúcar e medicamentos.

FIGURA 22 - Forma como é colhido o açaí da mata

Arte: Eduardo Lopes, 2020.

Segundo Martinot (2013, p. 16), “na Amazônia, há duas espécies do gênero *Euterpe* conhecidos como Açaí. Na parte oriental da região, o Açaí do Pará *Euterpe oleracea*, assim denominado por sua ocorrência e produção predominantemente oriunda do Estado do Pará”⁶⁵. O fruto do açaí é redondo e roxo, quase preto, semelhante a uma pequena jabuticaba.

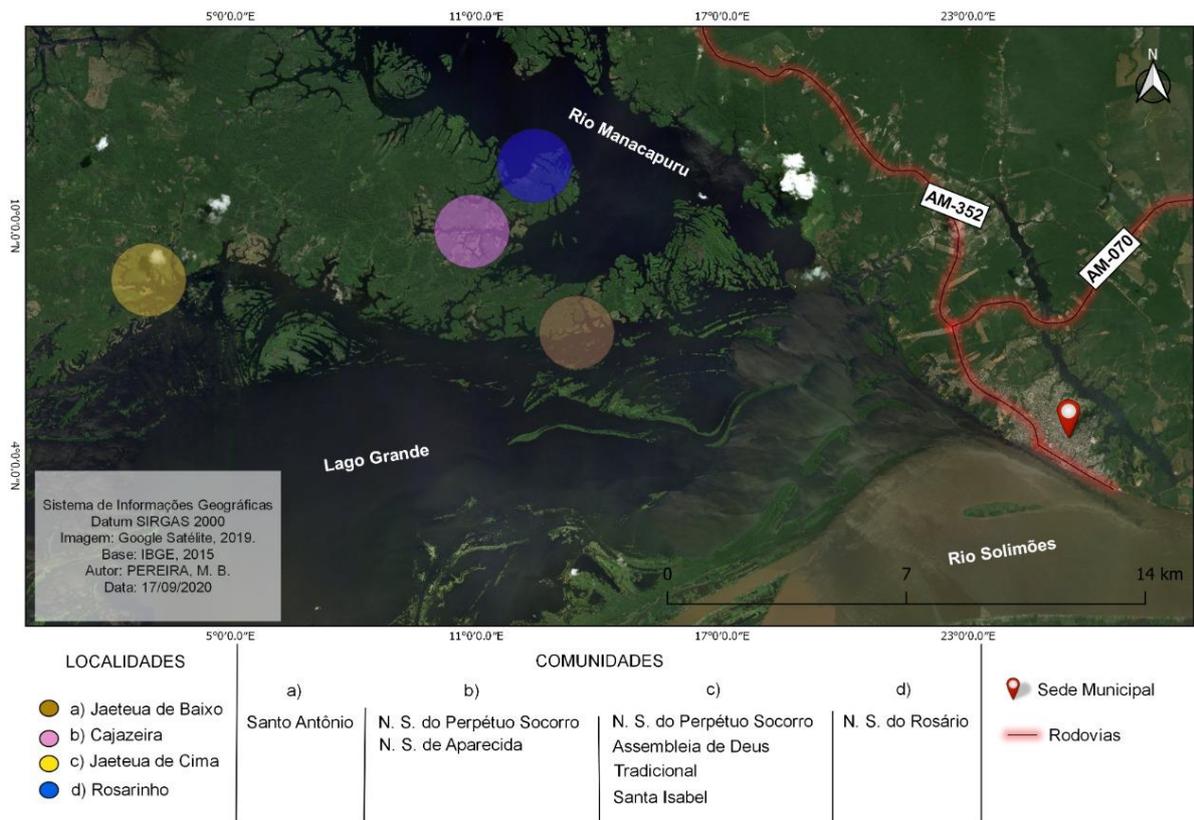
Devido a certas propriedades físicas e químicas, o interesse comercial desta espécie no Brasil está crescendo principalmente no mercado externo. Na Amazônia, o açaí é uma fonte alternativa de alimentos relacionados, incluindo famílias que o consomem principalmente durante a colheita.

3.2 O camponês/ribeirinho/pescador e a natureza.

A área é caracterizada por seu ambiente aquático e terrestre e as vantagens das ilhas e pontos de terra são fortemente influenciadas pelos principais regimes de rios, como o Solimões (Fig. 23)

⁶⁵ MARTINOT, Jan Feldmann. Manejo agro-estrativista do açaí-da-mata na Amazônia Central. 120 p. (Dissertação mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas 2014.

FIGURA 23 - Pontos dos principais regimes de rios e lagos



A influência desses rios e lagos (fig. 23) desperta interesse nos pescadores comerciais pela fartura de peixes na época da piracema e da proximidade de acesso das comunidades, sempre respeitando os limites dos rios e lagos. Abreu (2011, p. 64) argumenta que:

As territorialidades vão se constituindo ao longo do rio através da instalação dos espaços delimitados, os lanços. Para se criar o lanço tem que haver comum acordo e interesses dos comunitários que desejam pescar ou que tem a habilidade para a pesca. A união entre as pessoas interessadas na pesca é imprescindível. Quando estes decidem o espaço a ser delimitado, tem sempre elementos naturais como fronteira⁶⁶.

Os limites de territorialidades dos pescadores das comunidades do rio Manacapuru são os elementos naturais da paisagem. Observando a figura acima, figura 23, esses limites estão delimitados nas cabeceiras e nas pontas de terra.

O processo de produção é facilitado quando o rio está inundado, pois o lago permite uma navegação em linha reta. Nas águas baixas, apenas o canal principal

⁶⁶ ABREU 2011, p. 64 *op cit*

do lago mais profundo permanece e ainda está conectado ao canal principal do rio Manacapuru. Porém, é necessário navegar várias vezes, o que aumenta a distância e o tempo e o custo da viagem.

Em algumas comunidades, o lago está completamente seco. Nelas, a conexão com Manacapuru torna-se muito dolorosa, pois só se consegue chegar aos barcos regulares depois de atravessar o leito seco do rio e pelo terreno lamacento.

O estilo de vida dos agricultores familiares no baixo rio Manacapuru foi muito influenciado pelas cidades de Manacapuru e arredores de Manaus. Atraídos por facilidades educacionais e empregos formais, os jovens estão migrando dessas famílias para as áreas urbanas. No argumento de Silva:

O pensamento de que se trabalhava muito e têm-se um rendimento mensal longe de ser suficiente para manutenção de uma sonhada qualidade de vida na própria localidade, é que surge, então, a *utopia* camponesa. Onde a cidade se apresenta como um lugar de oportunidades, onde os filhos terão boas escolas, bons empregos, uso de tecnologias, deixando, assim, o modo de vida camponês, perdendo a identidade cultural. Todavia, não consegue ver o que está por trás, ou seja, na realidade das cidades, dos problemas urbanos como falta de moradia, empregos, saneamento básico, violência, educação, exploração da *mais-valia*. Muitas vezes essa mudança no modo de vida camponesa vem por imposições, de expulsões do campo; são expropriados da terra de trabalho, essa que é substância para reprodução camponesa (SILVA 200, p. 123)⁶⁷.

O acesso a instalações convenientes, como serviços médicos, lazer e entretenimento é outro fator que induz a migração rural-urbana. Esses jovens voltam para suas casas com cada vez mais frequência por dois fatores: o primeiro fator é após perderem seus empregos e encontrarem dificuldades na cidade e o segundo fator - está mais relacionado ao sexo feminino – quando adquirem conhecimentos e voltam para trabalhar na comunidade. Dessa maneira:

A inteligência e a força de trabalho da mulher não se situam apenas no grupo doméstico. Nas localidades, a participação social e política das mulheres são constantes e, em certas circunstâncias, têm sido mais atuantes em reuniões do conselho comunitário que os homens. Algumas mães sustentam suas famílias exercendo algumas atividades que não são comuns à maioria das mulheres e dos

⁶⁷ SILVA, Crisanto Damião da. Pesca: classes sociais, territorialidades e trabalho em Manacapuru-AM.145 p. (Dissertação Mestrado em Geografia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas - UFAM, 2009.

homens. Elas atuam como professoras das escolas de ensino fundamental e praticam a função de agentes de saúde, ganhando tanto quanto e, em certas circunstâncias, mais que seus maridos. As filhas de algumas famílias, que querem continuar os estudos ou que apresentam maiores níveis de escolaridade, trabalham em postos de saúde ou trabalham em lojas como prestadoras de serviço no município de Manacapuru, cooperando na renda da família (BRITO, 2010 p. 91)⁶⁸.

A mulher sabe produzir e vender, mas sua jornada de trabalho é mais estressante do que a de um homem: ela é mãe de família, agricultora, pescadora, catadora de produtos da floresta, tem atividade técnica e precisa de maior formação. Por exemplo, na agricultura, as pessoas sentem a participação ativa das mulheres na lavoura porque elas cultivam feijão, maracujá e mandioca e são responsáveis pela limpeza da roça com os filhos, processo que se realiza regularmente todos os anos.

As disputas de terras também mudaram esse modo de vida. Por um lado, isso se deve a um mal-entendido da situação real pelos líderes comunitários de propriedade exclusiva da terra. Isso é adequado para elites locais que parecem ter assumido que são proprietários de terras, porque têm influências políticas e mantêm uma pequena parte dos camponeses sob o domínio, oferecendo emprego em troca da força de trabalho.

Um relato dos comunitários trata da chegada repentina de um estranho, que comprou um terreno perto da comunidade, construiu uma fazenda de gado, criou um pasto e derrubou a floresta, fez tanques artificiais para a criação de peixes, queimou a área e, quase sempre incêndios invadiram as terras dos membros da comunidade, e queimaram suas florestas, colocou veneno para matar as pregas da agricultura e acabou matando os peixes do lago (relato dos comunitários da comunidade do Rosarinho). Em ambos os casos, o fogo também consumiu os açazeiros, reduzindo a população da espécie e reduzindo a possibilidade de agricultores familiares se envolverem com o extremismo agrícola.

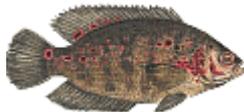
3.3 A comercialização do pescado, o defeso e o monopólio de integração no dia a dia do camponês.

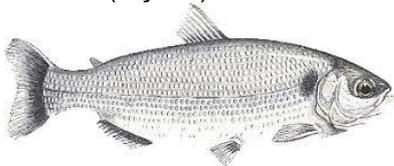
⁶⁸ BRITO, Marco Antonio de Souza. Ambientes, práticas de pesca e territorialidade no uso do Lago Grande de Manacapuru (AM). 179 p. (Dissertação de Mestrado em Sociologia – Universidade Federal do Amazonas) – Manaus/AM 2010.

O defeso é um mecanismo utilizado principalmente pelo governo federal de acordo com a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para fornecer suporte financeiro aos pescadores e garantir que a espécie seja reproduzida durante um determinado período ou época do ano. De acordo com a regulamentação da IN/MPA (Instrução Normativa/Ministério da Pesca e Aquicultura) nº 02 de 26 de janeiro de 2011, para obter subsídios, os pescadores devem cumprir determinados requisitos mínimos a fim de garantir a legalidade dos mesmos.

Nesse período (do defeso), coincidiu com a reprodução da espécie: todo pescador profissional que exercia uma profissão sozinho ou no regime econômico familiar foi proibido de pescar em determinadas bacias hidrológicas da Amazônia. O período de proibição é estipulado pelo Ibama e os pescadores profissionais podem obter seguro de salário mínimo mensalmente. O quadro 06 a seguir apresenta as espécies da área de estudo com os tamanhos permitidos para a captura, conforme a portaria do IBAMA nº48/2007.

Quadro 06 - Tamanhos mínimos permitidos para captura de peixes na comunidade do Rosarinho

ESPÉCIE DE PEIXES	TAMANHO MINIMO (CM)	INICIO 15 NOV	TERMINO 15 MAR	LAGO SÃO LOURENÇO/ MANACAPURU-AM (Bacia Amazônica)
Acará açú (<i>Astronotus crassipinnis</i> , <i>Astronotus ocellatus</i>) 	20	X	X	X
Curimatã (<i>Prochilodus nigricans</i>) 	25	X	X	X
Jaraqui (<i>Semaprochilodus insignis</i>) 	20	X	X	X

 <p>Matrinã (<i>Brycon</i>)</p>	22	X	X	X
 <p>Mapará (<i>Hypophthalmus</i>)</p>	29	X	X	X
 <p>Pacu (<i>Mylossoma spp.</i>)</p>	15	X	X	X
 <p>Tucunará (<i>Cichla monoculus</i>)</p>	25	X	X	X

Organizado por Francisca Pereira.

Fonte: PORTARIA Nº 48, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2007/Maria Beatriz Ariello Leite.

No Estado do Amazonas, em especial, na comunidade do Rosarinho/lago de São Lourenço, as espécies comercialmente mais importantes que realizam a piracema e que são contempladas pelo período de defeso, que vai de 15 de novembro a 15 de março, destacam-se: acará (*Astronotus crassipinnis*, *Astronotus ocellatus*), a matrinã (*Brycon*), pacu (*Mylossoma spp.*) e o mapará (*Hypophthalmus*), tucunará (*Cichla monoculus*), curimatã (*Prochilodus nigricans*), jaraqui (*Semaprochilodus insignis*), conforme Portaria IBAMA nº 48/2007.

Segundo RUFFINO (2005, p. 59)⁶⁹, nesse período, que é caracterizado pela chuva, os cardumes migram dos lagos e rios de águas pretas e claras, pobres em alimentos, para desovar no encontro das águas brancas ou barrentas. Na Região Norte, o defeso é conhecido pela “portaria de piracema”, que entra em vigor de novembro a março de cada ano.

Nesse imenso e complexo espaço geográfico, a pesca é uma das atividades mais importantes da região, constituindo-se como fonte de alimento, comércio e

⁶⁹ RUFFINO, Mauro Luis. Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia. Manaus, IBAMA: 2005.

renda, sobretudo para a população que reside nas margens dos rios (SANTOS; SANTOS, 2010). De modo geral, a pesca em estações de água doce e seca é diferente da pesca em enchentes e essa diferença varia conforme a procura em, por um lado, período de fartura e, por outro lado, no período da escassez.

Razões relacionadas a fatores culturais, econômicos e naturais podem explicar o valor agregado dos peixes durante as cheias na Amazônia e, em especial, na comunidade do Rosarinho, assim enfatiza note-se ainda que:

Para compreender os camponeses ribeirinhos na várzea amazônica, parte-se do pressuposto de que é necessário observá-los no interior do desenvolvimento capitalista, no campo fundamentado no processo de monopolização do território, sem, contudo, territorializar-se. Isto significa que o capitalismo expande de forma contraditória, ou seja, não expropria os camponeses, porém os transforma e efetua a metamorfose da renda da terra (CRUZ, 2007 p. 20)⁷⁰.

A trajetória dos camponeses em relação a integração do dia a dia no campo da pesca, não é para qualquer pessoa, e sim para os especialistas que nasceram e permanecem atuando nos rios e lagos com uma tradição herdada de pai para filho, aprendizado e experiências voltadas do tradicional ao moderno, pois esse camponês/ribeirinho/pescador passa a maior parte do seu tempo nos lagos e rios em busca de sobrevivência através dessa prática que é o lanço.

O lanço é executado da seguinte forma: diante dos pescadores que vão identificar o peixe e depois realizar o lanço, que dura aproximadamente 50min, dependendo muito da quantidade de pescados capturados. Isso é só a execução do lanço. Porém, o processo completo demora aproximadamente entre 6 e 12 horas. Depende muito dos fatores climáticos, porque muitas vezes o peixe toma outro rumo. Isso faz com que os pescadores fiquem o dia inteiro à espera.

Quanto à valorização do trabalho desses pescadores, eles recebem por produção a cada viagem. Silva (2009, p. 120) argumenta que “na relação de trabalho entre os *pescadores cotistas* e os donos dos barcos de pesca, o sistema de pagamento em *cotas-partes* é a concretude da apropriação da renda e da *mais-valia* no interior do barco; 50% do lucro pertence ao dono dos meios de produção”. O dono do barco leva a maior parte. Por exemplo, em uma pescaria que teve um

⁷⁰ CRUZ, 2007 p. 20 *op cit.*

faturamento de 10.000,00, tira-se a despesa no caso 4.000,00. O restante é 50% para o dono do barco (3.000,00), os outros 3.000,00 ficam para o encarregado da pesca e é dividido em partes para os camponeses/pescadores de acordo a função de cada um. Silva explica que:

Os *pescadores cotistas* são sujeitos sujeitados às normas do barco e despossuídos dos meios de produção, não tendo seu tempo livre. Já os camponeses são subordinados ao capital, muitos vendem a produção para os donos dos barcos de pesca, que se apropriam da renda. Os que trabalham pelo sistema *cotas-partes* são expropriados pela *mais-valia*, que é o trabalho além do necessário; são alienados ao modo de não saberem calcular os próprios salários (SILVA 2009 p. 121)⁷¹.

Em outras palavras, pode-se entender por que os agricultores dominam as culturas alimentares de baixo rendimento. Mesmo sabendo que existem outras escolhas de atividades que possam ocupar a força de trabalho da família para garantir uma renda total mais alta. Dessa forma, os camponeses que não têm condições financeiras de possuir os apetrechos necessários de pesca juntam-se aos pescadores comerciais, aceitam exercer qualquer função para garantir parte do sustento da família.

Cada função tem o seu valor. O motorista é responsável pela manutenção do barco. Durante a pesca, ele motorista cuida do barco, esperando pelo comando do encarregado da pesca. O canoeiro cuida da canoa; o alargador da rede abre a rede, ajustando-a de modo que se tenha espaço dentro da rede para melhor captura. O comboiador é aquele que procura e identifica o cardume do peixe; o gelador é o responsável por colocar o pescado para gelar, arrumando em lotes e classificando por tamanho.

Se, no carregamento do barco de uma tonelada de peixe, nesse meio, tiver apenas um peixe que esteja fora do padrão, ou seja, esteja proibido, toda a carga de pescado é comprometida, isto é, todo o pescado é apreendido. Além disso, o dono da embarcação é multado. No período do defeso, os pescadores comerciais aproveitam para dar manutenção nos barcos e nas redes.

⁷¹ SILVA 2009 p. 121 *op cit*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O camponês amazônico e sua família trabalham em três ambientes – terra, floresta e água. Ao tomar a floresta (ou melhor, a floresta de várzea, a de igapó e a de terra firme) como Florestas de trabalho” (WITKOSKI, 2007), Assim, o mesmo acontece com os habitantes da comunidade do Rosarinho, que desenvolvem atividades de pesca, agricultura e extrativismo. Na agricultura, a principal atividade é a produção de farinha; no extrativismo, é o açaí. No que se refere à pesca, é uma atividade predominante na comunidade, pois é fonte de renda, onde a comercialização do pescado é predominante nos lagos e rios, principalmente no Lago de São Lourenço.

A atividade da pesca do lanço na comunidade não é apenas uma atividade econômica, é baseada em um modo de vida e uma razão de existência, uma realidade que carrega uma história na vida e na cultura tradicional. Nesse sentido, a presente pesquisa intentou compreender a formação e a organização da territorialidade da pesca do lanço nos rios e lagos de terra firme, na comunidade do Rosarinho/ rio Manacapuru-AM.

Para dar suporte no progresso da pesquisa foram estabelecidas as seguintes análises: 1 Entender o contexto histórico de formação do campesinato; 2 Compreender a formação/instalação do lanço; 3 Entender a rede de comercialização do pescado.

O método foi desenvolvido através de procedimentos realizados em três etapas e a abordagem adotada foi teórico-empírica, baseada no método dialético em que se compreendeu a formação e a organização da territorialidade da pesca do lanço e do espaço de apropriação do uso camponês nos rios e lagos de terra firme. Para dar suporte à realização da pesquisa utilizou-se de uma bibliografia especializada na compreensão dos conceitos de camponês, território, territorialidade e monopolização do território pelo capital e o resgate teórico da formação do camponês na Amazônia.

Ao abordar a vida pretérita dos camponeses/ribeirinhos/pescadores no baixo rio Manacapuru, por meio da periodização dos fatores importantes na formação/transformação desses camponeses, sobretudo relacionados à economia, verificou-se, na pesquisa, que os camponeses/ribeirinhos/pescadores demarcam as

territorialidades por meio da extensão do lanço, onde limpam a área na época da seca para, na época de enchente, armarem as suas redes de pesca nos rios e lagos de terra firme, no intuito da captura do pescado. O ato da limpeza do lanço é a demarcação do seu território, ou seja, neste local outro camponês não poderá efetuar o lanço, mesmo em terras próprias ou em outras terras.

Por meio dos aportes teóricos, constatou-se o desenvolvimento e a transformação do camponês no Brasil, em especial, o camponês da Amazônia, que ocorreu em meados do século XVIII. A partir desse século, houve a reformulação dos povos na Amazônia através de uma nova colonização, essa colonização se deu na expansão do desenvolvimento agrícola, da introdução da economia mercantil da pesca, da valorização de mercado na economia da indústria pesqueira no século XX. Ainda no século passado, atentou-se para o avanço e as inovações da pesca, em todo o planeta, que se desenvolveu ao longo dos anos com a transformação da rede *traw* (arrastão), de simples aparelho de pesca artesanal para apetrecho industrial. Com o surgimento da estrada de ferro, houve a facilitação para a comercialização do pescado além de outros avanços.

Diante dos aspectos analisados nesta pesquisa, que envolveu a vida dos camponeses/ribeirinhos/pescadores, vê-se que a continuação de seu modo de vida ao longo de distintos períodos históricos é um dos principais elementos que contribuem para a manutenção destes camponeses. A pesca é uma atividade praticada desde a pré-história, a partir da época em que o homem passou a produzir suas próprias ferramentas de caça e pesca. Desse modo, o peixe tornou-se um dos principais alimentos para o ser humano e, para muitos, a pesca é a principal fonte de renda, assim como ocorre na comunidade do Rosarinho em Manacapuru/AM.

A partir da década de 70 e 80 do século XX, iniciou-se a técnica da pesca do lanço na comunidade do Rosarinho-Lago de São Lourenço. Na comunidade do Rosarinho, a pesca do lanço é uma tradição que absorve aproximadamente 80% (segundo relatos dos comunitários) da mão de obra pesqueira na época da piracema do peixe gordo. Essa modalidade de captura através do lanço acontece por dois motivos: pela prática comercial, através dos pescadores comerciais, que capturam o pescado para vender na sede do município e exportar para outros Estados e países, como por exemplo a captura do mapará. Já a prática da pesca de subsistência é realizada com o intuito de alimentar as famílias camponesas.

Entretanto cabe ressaltar que os camponeses/ribeirinhos/pescadores reproduzem seu modo de vida através das relações com os homens e com o território. Um modo de vida reproduzido no trabalho baseado no núcleo familiar camponês. As atividades desenvolvidas no contexto familiar camponês são executadas obedecendo os ciclos da natureza, a pesca, a agricultura e o extrativismo são atividades realizadas conforme o período sazonal. É relevante citar a importância do principal produto extraído da floresta, o açaí, esse produto é muito procurado no mercado consumidor tanto no mercado nacional como no mercado internacional. Para as famílias camponesas/ribeirinhas, o açaí é de grande importância, pois, além de fazer parte da alimentação, o açaí tem alto valor nutritivo. Apesar de não ser a primeira opção na economia para o camponês, esse fruto tem contribuído na economia dos camponeses/ribeirinhos/camponeses.

No que tange à apropriação do lanço por donos de barcos de pesca, constatou-se que, em relação ao arrendamento dos locais que estão preparados para a realização dos lanços, territorializa-se o lugar com a sua execução para a captura das espécies da época da piracema gorda; essas espécies são a curimatã, matrinhã, e o jaraqui, que são as de maior valor comercial para os pescadores. O local territorializado torna-se “propriedade” do arrendante por tempo determinado, conforme acordo verbal entre as partes (o dono do lanço e o arrendante, no caso o pescador comercial). Sendo proibido qualquer outro camponês/ribeirinho/pescador, que não seja agregado ao barco de pesca comercial, pescar no local do lanço. Por outro lado, esses camponeses/ribeirinhos/pescadores têm aceitado “a monopolização do território da pesca e “territorialização do monopólio”.

Com relação aos pescadores comerciais, os camponeses/ribeirinhos/pescadores são sujeitos às regras dos arrendantes dos lanços, ou seja, são sujeitos ao capital. Os camponeses que não arrendam seus lanços vendem ou negociam seu pescado para os pescadores comerciais. Os demais camponeses - aqueles que arrendam seus lanços - se tornam submissos, pois além de arrendá-los – para os pescadores comerciais - trabalham na captura dos peixes dentro do seu próprio lanço. Outro motivo do arrendamento é que, na época da produção da farinha, os camponeses/ribeirinhos/pescadores não conseguem fazer as duas atividades ao mesmo tempo: capturar o pescado e produzir sua própria farinha. Nessa situação, o camponês/ribeirinho/pescador

prefere produzir a farinha porque ela é tão necessária para sua alimentação quanto o peixe, sendo, ainda, o seu consumo parte integrante da cultura alimentar e, por esse motivo, não pode faltar na mesa do camponês/ribeirinho/pescador.

REFERÊNCIAS

ABREU, Georgete Cabral de. **Território da pesca**: uso do espaço aquático no baixo rio Solimões - município de Manacapuru – AM. 105 p. (Dissertação de Mestre em Geografia. Universidade Federal do Amazonas) - Manaus, AM: UFAM, 2011.

ABROMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora da Hucitec – ANPOCS – Editora da UNICAMP, 1992.

ALMEIDA, R. A. As contribuições do conceito de habitus para o debate da classe camponesa. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – **Anais do II Simpósio Internacional de Geografia Agrária** Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, UFMS, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec-IPESPE, 1995. 135 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

ANDRADE, Manuel Correia de. As tentativas de organização das massas Rurais – as ligas camponesas e a sindicalização dos Trabalhadores do campo. In: WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; ASSIS, Rosa Maria Coelho de. **O vocabulário popular em Dalcídio Jurandir**. Belém: Ed. UFPA, 1992.

BARTHEM, R. B., PETRERE JR., M.; ISSAC, V.; RIBEIRO, M. C. L. D. B., MCGRATH, D. G., VIEIRA, I. J e BARCO, M. V. “A pesca na Amazônia: problemas e perspectivas para o seu manejo”. In: VALLADARES-PÁDUA, C. e BODMER, R. E. (eds.). **Manejo e conservação de vida silvestre no Brasil**. Rio de Janeiro, MCT/ CNPq/ Sociedade Civil Mamirauá, 1997, pp 173-185.

BARTHEM, Ronaldo Borges; FABRÉ, Nídia. Biologia e Diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M.L. (Org.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Brasileira**. Manaus: IBAMA/ ProVárzea, 2004. p.17-59.

BARTHEM, Ronaldo Borges; GOULDING, Michael. **Os Bagres Balizadores: Ecologia, Migração e Conservação de Peixes Amazônicos**. Tefé-AM: Sociedade Civil Mamirauá; Brasília: CNPq. 1997. 140 p.

BATISTA, V. S.; ISSAC, V. J. e VIANA, J. P. “Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia”. In: RUFINO, M. L. (ed.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Pro-Várzea. Manaus, Ibama, 2004, pp. 63-152, 268 p.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004. 396 p.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), São Carlos, 2005. Disponível em: http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf Acessado: 07/2011.

BORZACOV, Eduardo Constantino. **Glossário do Linguajar Amazônico**. Porto Velho: Instituto de Pesquisas e Estudos Dr. Ary Tupinambá Penna Pinheiro (IPARY), 2004.

BRASIL. **Portaria nº 48 de 05 de setembro de 2007**. Lista de Espécies em Defeso. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=78818> acesso em 03 de dezembro de 2020

BRITO, Marco Antonio de Souza. **Ambientes, práticas de pesca e territorialidade no uso do Lago Grande de Manacapuru (AM)**. (Dissertação de Mestrado em Sociologia – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

BUENO, Francisco da Silveira. **Vocabulário tupi-guarani português**. São Paulo: Éfeta, 1998.

CABRAL JUNIOR., W. Almeida, O.T. **Avaliação do mercado da indústria pesqueira na Amazônia**. IBAMA/Pro-várzea, 2006.

COSTA, Luís Fernando Belém da. **Cultivadores de guaraná: um estudo do processo de monopolização do território pelo capital no município de Maués-AM**. (Dissertação de Mestrado em Geografia - Universidade Federal do Amazonas) – Manaus/AM. 2017.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Rios e Lagos: a apropriação das águas pelos camponeses ribeirinhos na Amazônia. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – **Anais do II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira** – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia.** (Tese de doutorado. Doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 2007.

CRUZ, Manuela de Queiroz. **Brincadeira é coisa séria:** o papel das práticas lúdicas na construção das representações socioambientais das crianças na Ilha do Careiro da Várzea (AM). Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

DIAS, A. Gonçalves. Dicionário da língua tupy chamada língua geral dos indígenas do Brazil. Lipsia, 1858. In: Francisco da Silveira Bueno. **Vocabulário tupi guarani português.** São Paulo. Éfeta editora, 1998.

DIEGUES, A. C. S. A **Pesca Construindo Sociedades:** leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

DIEGUES, A.C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB, 2000. 290p.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras.** Encontro Internacional: Governança da Água, São Paulo, novembro de 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/simbolagua.pdf>

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: HICITEC, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S.V. (Org.). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil.** Ministério do Meio ambiente. Universidade de São Paulo. Núcleo de Pesquisa sobre Populações e áreas úmidas Brasileira- NUPAUB, 2001.

FABRINI, João Edmilson. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FRAXE, T. J. P. et. al. Natureza e Mundo Vivido: o Espaço e Lugar na Percepção da Família Cabocla/Ribeirinha. In: SCHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. (Org.). **Amazônia:** políticas públicas e diversidade cultural. Garamond. Rio de Janeiro.2006.

FRAXE, T. J. P., 2004. **Cultura caboclo-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 374p.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo. USP, 2005.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. P. 81-108. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. Orgs. **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. Hiléia: Revista de Direito Ambiental da Amazônia. Ano 2, n.º 2. UEA – Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura / Universidade do Estado do Amazonas, 2004.

KERSTEN, Ignácio Mendez. **A ONU e um panorama da pesca mundial**. http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1621; acesso em 26/06/19 11:44m.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed., São Paulo: Atlas 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papyrus, 1996.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI – novas formas de desenvolvimento**. São Paulo SP, Editora Empório do livro, 2009.

MARQUES, M. I. M. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha-GO**. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2000.

MARTINOT, Jan Feldmann. **Manejo agro-estrativista do açaí-da-mata na Amazônia Central**. 120 p. (Dissertação mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas 2014.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro. Vozes 1990

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol.1, parte terceira, 2008.

MORENO L. T.; CARVALHAL M. D. **Trabalhadores do mar**: uma discussão sobre as transformações do trabalho do pescador artesanal de Ubatuba/SP. São Paulo. revista pegada. – Vol. 14 n.1 139 139 – 163. julho/2013.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, Vol.1, N. 3, São Paulo, 1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf> Acessado: 07/2011.

OLIVEIRA, A. U. **O campo no século XXI**: território de vida, de luta, de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: Carlos, Ana Fani Alessandri (Org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (Séc. XVII ao XX). **Boletim do MPEM**. Belém, 4(1): 65-116, julho de 1988.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Política territoriais e a questão agrária: da teoria a intervenção. in: SAQUET, M. A; SANTOS, R. A. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: expressão popular, 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PEREIRA, Henrique dos Santos; PINTO, José Ribamar da Silva. Entoconservação da fauna aquática do médio Amazonas: situação atual e perspectiva. **Anais I Encontro de etnobiologia da Região Norte**. Manaus, 5 a 8 de dezembro, 2001. Disponível em: <http://nerua.inpa.gov.br/NERUA> acesso em 15/02/2009.

QUEIROZ, Maria Isaura. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (org.) **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008.p. 17-35.

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAPOZO, Pedro Henrique Coelho. **Territórios sociais da pesca no Rio Solimões: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso**. 2010- Manaus, AM: UFAM, 272 f. 30 cm. Dissertação de mestrado em sociologia pela Universidade Federal do Amazonas (2010).
- RATZEL, Friederich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos Robert de (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. 33-107 p.
- RUFFINO, Mauro Luis. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus, IBAMA: 2005.
- SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos avançados**, v.19, n.54, São Paulo, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/09.pdf> Acesso em: 22 Dez. 2011.
- SANTOS, Geraldo Mendes dos; FERREIRA Efrem J. G.; ZUANON Jansen A. S. **Peixes comerciais de Manaus**. Manaus: INPA, 2009.
- SANTOS, Geraldo Mendes dos; FERREIRA, Efrem Jorge Gondin; VAL, Adalberto Luis. Recursos pesqueiros e sustentabilidade na Amazônia. Hiléia: **Revista de Direito Ambiental da Amazônia**. Ano 5, n.º 8. UEA – Edições. Universidade do Estado do Amazonas, 2007.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton [et al]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13-21.
- SHANIN, Teodor. A definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações. **Presidente Prudente**. Revista Nera – ano 8, N. 7–2005.
- SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (ORG). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo. 1. Edição. Editora Expressão Popular, 2008.p. 23-47.

SILVA, Crisanto Damião da. **Pesca: classes sociais, territorialidades e trabalho em Manacapuru-AM.** 145 p. (Dissertação Mestrado em Geografia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas - UFAM, 2009.

SILVA, M. C. **As metamorfoses da Amazônia.** Manaus: Edua, 2000.

SOUZA, M. **Breve história da Amazônia.** São Paulo: Marco Zero, 1994.

SOUZA, M. **História da Amazônia:** do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. 1ed. Rio de Janeiro RJ: Record, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano:** um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 77-116.

TOCANTINS, Leandro. **O rio que comanda a vida:** uma interpretação da Amazônia. 8 ed. Rio de Janeiro RJ: Record, 1988.

VERÍSSIMO, J. **A pesca na Amazônia.** Rio de Janeiro, Livraria Alves, 1895, 137 p.

WANDERLEY, M. N. (Orgs). **Camponeses brasileiros:** leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP, 2009.p. 73-85.

WITKOSKI, Antonio Carlos. **Terras Florestas e águas do trabalho:** os camponeses amazonicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. (Série: Amazônia: a terra e o homem).